

PLAN DE DESARROLLO ECONÓMICO PARA LOS GOBIERNOS LOCALES DEL PERÚ



Mg. Álvaro Gonzalo Paz de la Barra Freigeiro | PhD. Jorge Reátegui Reátegui

PLAN DE DESARROLLO ECONÓMICO PARA LOS GOBIERNOS LOCALES DEL PERÚ



Mg. Álvaro Gonzalo Paz de la Barra Freigeiro | Ph.D. Jorge Reátegui Reátegui

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2023 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2023 Os autores

Copyright da edição © 2023 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena

Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo do texto e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade de Coimbra

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
 Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
 Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
 Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
 Prof^a Dr^a Caroline Mari de Oliveira Galina – Universidade do Estado de Mato Grosso
 Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
 Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
 Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
 Prof^a Dr^a Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
 Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
 Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
 Prof^a Dr^a Geuciane Felipe Guerim Fernandes – Universidade Estadual de Londrina
 Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
 Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
 Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
 Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
 Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
 Prof. Dr. Jodeyson Islony de Lima Sobrinho – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
 Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
 Prof^a Dr^a Juliana Abonizio – Universidade Federal de Mato Grosso
 Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
 Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
 Prof^a Dr^a Kátia Farias Antero – Faculdade Maurício de Nassau
 Prof^a Dr^a Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
 Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
 Prof^a Dr^a Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
 Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
 Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
 Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
 Prof^a Dr^a Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
 Prof^a Dr^a Marcela Mary José da Silva – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campina
 sProf^a Dr^a Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
 Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
 Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
 Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
 Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 aProf^a Dr^a Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
 Prof^a Dr^a Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
 Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
 Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
 Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
 Prof^a Dr^a Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Federal da Bahia / Universidade de Coimbra
 Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
 Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Plan de desarrollo económico para los gobiernos locales del Perú

Diagramação: Camila Alves de Cremona
Correção: Maiara Ferreira
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Autores: Álvaro Gonzalo Paz de la Barra Freigeiro
 Jorge Reategui Reategui

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)	
F863	<p>Freigeiro, Álvaro Gonzalo Paz de la Barra Plan de desarrollo económico para los gobiernos locales del Perú / Álvaro Gonzalo Paz de la Barra Freigeiro, Jorge Reategui Reategui. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2023.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-258-1037-9 DOI: https://doi.org/10.22533/at.ed.379232202</p> <p>1. Economía - Perú. I. Freigeiro, Álvaro Gonzalo Paz de la Barra. II. Reategui, Jorge Reategui. III. Título. CDD 330.985</p>
Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166	

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná – Brasil
 Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao conteúdo publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que o texto publicado está completamente isento de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

Este libro de investigación lleva como título “Plan de Desarrollo Económico de los gobiernos locales del Perú” que consiste en brindar el alcance de la importancia de la gestión pública a través de una adecuada elaboración del Plan de Desarrollo Económico Local, como autoridad de edil de la Municipalidad del distrito de la Molina, en el periodo 2019 al 2022, me toco afrontar la pandemia COVID 19, tomando estrategias que generen reactivación en los cuales se desarrollaron propuestas enfocadas a la necesidad de los ciudadanos, como el mejoramiento del parque ecológico, la implementación de la planta de reciclaje, el mejoramiento del estadio municipal, el mejoramiento del Centro CIAM, el mejoramiento de la Biblioteca Municipal, la implementación del MAC para la atención al ciudadano en múltiples servicios, la habilitación urbana del sector Huertos de la Molina, respecto a la gerencia de Desarrollo Económico e Inversión Privada, se obtuvo el 2021 el premio a innovación, puesto que se implementó las Ferias Moliemprendedor, la Escuela Moliemprendedor , el primer laboratorio de innovación empresarial, La Molina Innova Lab, el portal digital de empleo Molichamba, la plataforma digital Molitienda, la capacitación en tecnología Blockchain a través de MoliCoin,.

La Municipalidad de La Molina ha tomado acciones Local para fomentar la reactivación económica y el emprendimiento del distrito desde un enfoque moderno, dinámico, competitivo, saludable e innovador que permita la generación de ingresos en los hogares molinenses.

Estas iniciativas y proyectos se llevaron a cabo bajo la supervisión y a través de la alcaldía y la gerencia de Desarrollo Económica e Inversión Privada. Me gustaría, por tanto, dar gracias al equipo técnico por su excelente trabajo, orientación y soporte durante todo el proceso de realización de este libro. También me gustaría dar las gracias a todos los empresarios y ciudadanos que participaron de las encuestas ya que sin su cooperación no habría sido capaz de llevar a cabo este análisis.

A todos colegas alcaldes pertenecientes a la Asociación de Municipalidades del Perú AMPE: me gustaría daros las gracias por vuestra increíble cooperación. Ha sido un placer poder debatir con vosotros las ideas sobre la gestión municipal. También me ha ayudado discutir sobre varios asuntos del libro con mis amigos y familia. Vuestros acompañamiento y guía son siempre, el aliciente para continuar en esta ruta virtuosa de la gestión pública.

Espero que disfrutéis leyendo este libro. Atentamente.

Los Autores

Lima, 19 de diciembre de 2022.

RESUMEN	1
ABSTRACT	2
RESUMO	3
CAPITULO 1	4
INTRODUCCIÓN	4
SITUACIÓN ACTUAL DE DESARROLLO ECONÓMICO LOCAL	4
HISTORIA DE DESARROLLO ECONÓMICO LOCAL	5
ALCANCES INTERNACIONALES DE DESARROLLO ECONÓMICO LOCAL	9
ALCANCES DE DESARROLLO ECONÓMICO LOCAL	12
DESARROLLO ECONÓMICO LOCAL	13
IMPORTANCIA DEL DESARROLLO ECONÓMICO LOCAL	15
CAPITULO 2	18
TEORÍAS DEL DESARROLLO ECONÓMICO LOCAL	18
EL DESARROLLO ECONÓMICO LOCAL DESDE LA PERSPECTIVA INTERNACIONAL	20
DESARROLLO ECONÓMICO LOCAL DESDE LA APRECIACIÓN PERUANA	21
CAPITULO 3	29
METODOLOGÍA	29
CAPITULO 4	30
RESULTADOS	30
CONCLUSIONES	34
REFERENCIAS	36
BIOGRAFIA DEL AUTORES	40

RESUMEN

PLAN DE DESARROLLO ECONÓMICO PARA LOS GOBIERNOS LOCALES DEL PERÚ

El objetivo del presente libro es caracterizar el Desarrollo Económico Local de los gobiernos locales del Perú. El tipo de investigación realizada fue básica, con una muestra de 4836 ciudadanos del distrito de la Molina. Se obtuvo como resultado, la mayoría de la población encuestada se encuentra en el sector 2, con un 20% donde se encuentra ubicado 17 urbanizaciones, y con menor porcentaje en el sector 1 con el 9.8%, en la cual se encuentra 3 urbanizaciones, la mayoría de la población está entre los 18 a 30 años con un 46.13%. Le sigue la población entre 41 a 50 años con un 28.93%. El principal grado académico que se muestra es de estudios universitarios con un 39.33%. Estado civil es casado con un 39.74% y le sigue soltero con un 34.43%. La mayor cantidad de integrantes del hogar es de hasta 5 personas con un 43.90% y luego están integrantes hasta 2 personas con un 41.19 %. Concluyendo que, la mayor parte de encuestados fueron del sector 7 y los menos encuestados fueron del sector 1. Se identificó en las encuestas virtuales que la población evaluada estuvo conformada en su mayoría entre los 18 a 30 años; que el principal grado académico que se muestra es de estudios universitarios, el estado civil estuvo entre los solteros y casados con mayor porcentaje, los integrantes por familia más resaltantes fueron entre 2 y 5. Se obtuvo que la mayor frecuencia estuvo entre edades de 31 a 40, así mismo cuentan con estudios técnicos y la mayoría se encuentran casados. Se estableció en cuanto a las variables económicas más de la mitad de la población pertenece al sector privado, asimismo realizan sus labores acordes con la profesión técnica o universitaria, los ingresos con mayor porcentaje se encuentran entre los 1501 a 5000 soles, el transporte más utilizado es el transporte privado, el lugar de procedencia anterior con mayor frecuencia fue Lima seguida del distrito de la Molina, en cuanto a los servicios básicos la mayoría si cuenta con luz, Agua , desagüe, seguro de salud y con internet, se recomienda implementar el Plan de desarrollo económico local del Distrito La Molina.

PALABRAS CLAVE: Plan de Desarrollo Económico Local, Planeamiento, gobiernos locales.

ABSTRACT

ECONOMIC DEVELOPMENT PLAN FOR LOCAL GOVERNMENTS OF PERU

The objective of this book is to characterize the Local Economic Development of local governments in Peru. The type of research conducted was basic, with a sample of 4836 citizens of the district of La Molina. As a result, the majority of the surveyed population is located in sector 2, with 20%, where 17 urbanizations are located, and with a lower percentage in sector 1 with 9.8%, in which 3 urbanizations are located, the majority of the population is between 18 and 30 years old with 46.13%. This is followed by the population between 41 and 50 years of age with 28.93%. The main academic degree is university studies with 39.33%. Marital status is married with 39.74%, followed by single with 34.43%. The largest number of household members is up to 5 persons with 43.90%, followed by members up to 2 persons with 41.19%. It was identified in the virtual surveys that the evaluated population was mostly between 18 and 30 years old; that the main academic degree shown was university studies, the marital status was between single and married with the highest percentage, the most outstanding family members were between 2 and 5. It was obtained that the highest frequency was between 31 and 40 years old, they also have technical studies and most are married. In terms of economic variables, more than half of the population belongs to the private sector, they also perform their work according to their technical or university profession, the income with the highest percentage is between 1501 to 5000 soles, the most used transportation is private transportation, the most frequent place of origin was Lima followed by the district of La Molina, in terms of basic services most of them have electricity, water, sewage, health insurance and internet, it is recommended to implement the Local Economic Development Plan of the District of La Molina.

KEYWORDS: Local Economic Development Plan, Planning, local governments.

RESUMO

PLANO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO PARA GOVERNOS LOCAIS DO PERU

O objetivo deste livro é caracterizar o Desenvolvimento Econômico Local dos governos locais no Peru. O tipo de pesquisa realizada foi básica, com uma amostra de 4836 cidadãos do distrito de La Molina. Como resultado, a maioria da população pesquisada se encontra no setor 2, com 20%, onde estão localizadas 17 urbanizações, e com um percentual menor no setor 1 com 9,8%, no qual há 3 urbanizações, a maioria da população está entre 18 e 30 anos de idade com 46,13%. Em seguida, a população entre 41 e 50 anos de idade com 28,93%. O principal grau acadêmico é o de estudos universitários com 39,33%. O estado civil é casado com 39,74%, seguido por solteiro com 34,43%. O maior número de membros do lar é de até 5 pessoas com 43,90%, seguido por membros de até 2 pessoas com 41,19%. Foi identificado nas pesquisas virtuais que a população avaliada tinha em sua maioria entre 18 e 30 anos de idade; que o principal grau acadêmico mostrado era o de estudos universitários, o estado civil era entre solteiro e casado com a maior porcentagem, os membros mais importantes por família estavam entre 2 e 5. Foi obtido que a maior frequência estava entre 31 e 40 anos de idade, eles também têm estudos técnicos e a maioria deles são casados. Em termos de variáveis econômicas, mais da metade da população pertence ao setor privado, eles também realizam seu trabalho de acordo com sua profissão técnica ou universitária, a maior porcentagem de renda está entre 1501 e 5000 soles, o transporte mais utilizado é o transporte privado, o lugar de origem mais frequente foi Lima seguido pelo distrito de La Molina, em termos de serviços básicos a maioria tem eletricidade, água, drenagem, seguro saúde e internet, recomenda-se implementar o Plano de Desenvolvimento Econômico Local do Distrito de La Molina.

PALAVRAS-CHAVE: Plano de Desenvolvimento Econômico Local, Planejamento, governos locais.

CAPITULO 1

1 I INTRODUCCIÓN

La presente investigación brindó las características y condiciones de un distrito peruano para la elaboración del Plan de Desarrollo Económico Local, PDEL acorde con las necesidades del entorno, así mismo se realizó la aplicación de una encuesta local y se aplicó la metodología científica, las fuentes de información provienen de artículos científicos y además de la orientación de las entidades del estado peruano como es el CEPLAN. Por el cual se busca contribuir a la literatura de desarrollo económico local aplicado a los gobiernos locales en el Perú. Asimismo, brindar condiciones necesarias para mejorar la calidad de vida de las personas.

Para ello se realiza una propuesta que se alinea a las necesidades del entorno mediante la metodología científica y los lineamientos de los organismos planificadores del estado peruano como el CEPLAN. Asimismo, se cuenta con información cuantitativa propia de las instituciones estadísticas del Perú: INEI, Ministerio de Economía y Finanzas; y también se realizan actividades de recopilación de información a través de encuestas para medir el desarrollo económico y las estrategias de gestión pública.

La relevancia de la investigación se fundamenta en realizar un análisis de la realidad del distrito en cuanto a los indicadores económicos, identificando también las necesidades del distrito la Molina, para proponer estrategias adecuadas para desarrollo económico y empresarial futuro, permitiendo consolidar una investigación sólida y congruente para el desarrollo de futuras investigaciones relacionadas a la gestión pública y gobernabilidad.

Se fundamenta una propuesta relevante para las organizaciones estatales. Este estudio busca contribuir con la elaboración de estrategias de gestión pública en los gobiernos locales del Perú y el contexto internacional.

Se contribuye con el desarrollo económico de los distritos y favorecer el desarrollo empresarial del mismo a través de un documento de gestión.

Aportar con el análisis y recopilación de literatura referente a desarrollo económico local. Debido a la escasa información científica este documento contribuye con el análisis de revisión de literatura para investigadores y estudiantes.

2 I SITUACIÓN ACTUAL DE DESARROLLO ECONÓMICO LOCAL

Según el FMI, (2022), menciona que el crecimiento del PIB disminuirá en 2022 hasta el 3% y el 3,2% en las economías avanzadas de Europa y las economías emergentes de Europa (excluidas Belarús, Rusia, Turquía y Ucrania), respectivamente, lo cual supone un descenso de 1 y 1,5 puntos porcentuales con respecto a las previsiones de la edición de enero de 2022 de Perspectivas de la economía mundial. Según las proyecciones actuales, en 2022 la inflación alcanzará el 5,5% y el 9,1% en las economías avanzadas de Europa y

las economías de mercados emergentes de Europa (excluidas Belarús, Rusia, Turquía y Ucrania), respectivamente, un aumento de 2,2 y 3,4 puntos porcentuales en relación con las previsiones de enero. Las pérdidas de producto serán mucho mayores en Rusia y, sobre todo, en Ucrania.

Según CEPAL, (2022) menciona que la región de América Latina y el Caribe desacelerará su ritmo de crecimiento en 2022 a 2,1%, luego de crecer 6,2% promedio el año pasado, según nuevas proyecciones entregadas. el crecimiento de 2,1% promedio esperado refleja una alta heterogeneidad entre países y subregiones: El Caribe crecerá 6,1% (excluyendo Guyana), América Central crecerá 4,5%, mientras que América del Sur lo hará en 1,4%. En tanto, en 2021 la región mostró un crecimiento superior al esperado, promediando un 6,2%, gracias a la baja base de comparación que constituyó el año 2020, la mayor movilidad y el favorable contexto externo.

El IPE (2022), menciona que sobre la evolución de la economía peruana en el contexto de la pandemia. La recuperación del empleo adecuado en Lima Metropolitana se aceleró. Sin embargo, aún quedan 490 mil puestos de trabajo adecuados por recuperar. Respecto a la inversión privada, las expectativas empresariales se mantienen en terreno negativo por onceavo mes consecutivo, aunque los despachos de cemento y las importaciones de capital se recuperaron parcialmente. además, la producción minera cayó 2.1% volvió a tendencia negativa debido a la menor extracción de cobre, zinc y plata. Por otro lado, la inversión pública cayó 8.7% en marzo respecto al mismo mes del 2021, con lo que la ejecución acumulada de los últimos seis meses registra una caída de más de 10%.

3 I HISTORIA DE DESARROLLO ECONÓMICO LOCAL

Por los 80 surgen dos procesos que marcan una diferencia notable entre los gobiernos centrales y locales de las economías en desarrollo: el proceso de descentralización y el proceso de desarrollo económico local (DEL). El primero busca cerrar las brechas de las demandas insatisfechas y el desconocimiento de las necesidades de las áreas locales, mientras que el segundo busca desarrollar económicamente áreas específicas. Es así como debido a la reciente implementación de estos procesos en los gobiernos locales y regionales en las economías en desarrollo, surgirán teorías de desarrollo económico local y conglomerado. (Tello, 2008)

Asimismo, existen trabajos de referencia para la elaboración metodológica del Plan de Desarrollo Económico Local. Por ejemplo, en Colombia se ha elaborado un Plan de Desarrollo el cual contiene lineamientos territoriales, pero también institucionales. Elaborando estrategias generales para el desarrollo de la ciudad de Medellín 2020-2023. Por ello, es importante tomar en cuenta los avances de los planes desarrollados en países vecinos para incorporar metodologías innovadoras que se adecúen a la realidad del Perú y de nuestro Distrito de La Molina. (Montero et al., 2019)

3.1 Desarrollo económico local en Europa

Esta investigación examina varios modelos de flujos de inmigración desplegados dentro de la Unión Europea (UE), así como sus consecuencias económicas en los diez países receptores de inmigrantes más seleccionados. El objetivo del documento es identificar formas específicas en las que los migrantes pueden contribuir al desarrollo sostenible de los países de acogida a través de efectos indirectos positivos sobre los nativos, el desempeño del mercado laboral y la actividad económica en general. Se aplicó un conjunto de métodos y modelos macroeconómicos, basados en efectos fijos de país, análisis espacial y modelos de ecuaciones estructurales, en un panel equilibrado formado por diez economías anfitrionas de la UE. Analizamos claramente los flujos migratorios laborales y humanitarios (solicitantes de asilo), considerados a lo largo de dos períodos de tiempo separados, a saber, 2000-2015 y 2000-2019 (siendo 2019 la fecha límite para las negociaciones del Brexit). Los resultados destacan que los flujos de inmigración fueron determinados principalmente por los resultados del mercado laboral, mientras que el principal impacto positivo de la inmigración se indujo sobre el producto interno bruto (PIB) per cápita y los niveles de empleo, tanto para los nativos como para la población extranjera. (Noja et al., 2018)

La transformación de espacios mineros e industriales en espacios turísticos es parte del debate en torno a los profundos cambios en las economías contemporáneas de los países europeos desarrollados. La pérdida de poder competitivo de sus empresas tradicionales, la obsolescencia de muchas plantas de fabricación y el despegue de otras economías industriales en lugares remotos del mundo han llevado al cierre de miles de minas y fábricas, con el beneplácito de grupos ecologistas. En algunos lugares privilegiados, estos espacios exindustrializados se han recuperado ambientalmente, se han destinado ayudas a la reconversión socioeconómica y se han reorientado las antiguas minas y fábricas (ahora convertidas en patrimonio industrial), hacia usos culturales y turísticos. Los exitosos ejemplos de Ironbridge, Zollverein o Wieliczka, han creado la ilusión en gerentes, propietarios y población local de poder convertir casi cualquier ruina del pasado industrial y minero en una atracción turística. A partir de la década de 1990, muchos espacios exindustriales, alejados de los principales núcleos urbanos, optaron por esta transformación turística como salvavidas para frenar la pérdida de población y de actividad económica. Tiempo después de estos proyectos de turismo industrial, el resultado puede evaluarse con datos objetivos que cuestionan la sostenibilidad del modelo y la resiliencia de estos lugares. Este trabajo se centra en cuestionar la sostenibilidad y resiliencia de la transformación turística de dos antiguas zonas mineras ubicadas en España (Almadén y Sabero), alejadas de los ejes de desarrollo económico. (Somoza-Medina & Monteserín-Abella, 2021)

La Primera Guerra Mundial marcó el final de un largo período tanto de crecimiento económico como de integración. La localización de la industria está marcadamente

agrupada en Alemania, el este de Francia y el norte de Italia. La localización de los servicios, a su vez, estuvo dominada durante mucho tiempo por las regiones de las capitales. El marco institucional de los diversos estados-nación tuvo un fuerte efecto, especialmente hasta 1950. La literatura sobre crecimiento económico distingue entre los factores que dan forma al ajuste de corto a mediano plazo a un nivel de crecimiento de estado estacionario y los factores que dan forma al crecimiento económico en el mediano a largo plazo. Las regiones con una alta proporción de empleo en la agricultura en el tiempo tienden a crecer sistemáticamente menos, y tener una calidad del suelo por encima del promedio tiende a ser perjudicial. Una explicación para esto podría ser la especialización a lo largo de las diferencias en las dotaciones. La desigualdad regional disminuyó a partir de 1900, pero comenzó a aumentar nuevamente alrededor de 1980, en el mismo momento en que la desigualdad de ingresos personales comenzó a aumentar dramáticamente. (Rosés & Wolf, 2018)

La atención sobre el desarrollo local en Europa, sobre todo en los años 80 y 90, nace a raíz de consideraciones sobre la realidad de los territorios, así como de trabajos analíticos realizados por estudiosos que podrían considerarse como los “pioneros” del desarrollo económico local. El primer caso será el centro de esta investigación. Con frecuencia se habla de la “gobernanza espontánea” y de los problemas de reestructuración de la economía local en escenarios de cambios económicos intensos. Debido a la falta de instrumentos de intervención y una política económica a nivel local/regional, la introducción de iniciativas de desarrollo local espontáneas representó una respuesta a demandas difusas (de empresas y ciudadanos) que el mercado no podía satisfacer, lo que implicaba la necesidad de una reestructuración de los operadores y de los mecanismos institucionales de gobernanza del desarrollo. Esto marcó el inicio de las iniciativas para la viabilidad a largo plazo de la economía local por parte de actores (públicos y privados) que respondieron a las necesidades de la economía local y de la sociedad experimentando con nuevos modelos de intervención local y concertación ante litteram en una era en la que estos términos no se utilizaban habitualmente (Garofoli, 2009).

En el transcurso de las dos últimas décadas, las economías y sociedades de los países desarrollados y en desarrollo vienen conociendo, a distinta escala y con diferente intensidad, procesos de cambio estructural de amplitud y profundidad considerables. Se trata de una nueva fase de reestructuración tecnológica y organizativa que afecta tanto a las formas de producción, organización y gestión empresarial, como a la propia naturaleza del Estado y regulación socioinstitucional, así como al funcionamiento eficiente de cualquier tipo de organizaciones, públicas o privadas. Dicha fase de reestructuración tecnoeconómica y organizativa constituye un profundo proceso de cambio social, institucional y cultural, en el que hay que identificar la introducción de innovaciones tanto incrementales como, sobre todo, de carácter radical, que abren nuevos horizontes en lo relativo a los óptimos de producción y funcionamiento competitivo, alentando la emergencia de nuevos sectores

y actividades económicas y el declive de otros sectores “maduros”. Se despliega así todo un conjunto de procesos de “destrucción creadora” (al decir de Joseph Schumpeter), con movimientos de desestructuración y reestructuración del tejido productivo y empresarial preexistentes, de desinversión y reinversión de capitales, de destrucción neta de empleos, etc., todo ello con efectos desiguales o diferentes en cada territorio (Llorens, 1996).

3.2 Desarrollo económico local en Asia

China comienza una integración en la economía mundial, poniendo punto final a un historial económico marcado por el aislamiento permanente. Es miembro de la Organización Mundial del Comercio (WTO, por sus siglas en inglés) desde 2001. A partir de entonces, el volumen de su comercio exterior se ha multiplicado. Sin embargo, sigue sin ser considerada una economía de libre mercado (Xu et al., 2021).

Con datos de 19 economías asiáticas del periodo 1985-2017, Amna et al. (2020) estudian el efecto de la liberalización comercial sobre el crecimiento económico. Encuentran un efecto positivo de la liberalización y del capital humano en la dinámica del PIB per cápita, mientras que el impacto de la inversión extranjera directa (IED) es positivo en los países del sudeste asiático y negativo en Asia occidental. Asimismo, hallan causalidad unidireccional del capital humano al producto y de la profundización comercial hacia la productividad y la capacidad de absorción. También encuentran una relación bidireccional entre el capital humano y la IED. Por otra parte, el sentido de causalidad entre el comercio y la IED es unidireccional en Oriente Medio y bidireccional en el sur de Asia (Cerezo García et al., 2021).

Examinamos la relación entre el desarrollo económico y la sostenibilidad ambiental en Asia con un panel de datos de 34 países asiáticos en 2000–2012. Junto con la muestra completa de países, también examinamos tres submuestras basadas en el nivel de ingresos. Utilizamos seis indicadores de sustentabilidad ambiental: regulación de pesticidas, contaminación del aire (PM2.5), exceso de PM2.5, áreas terrestres protegidas (pesos de biomas nacionales), áreas terrestres protegidas (pesos de biomas globales) y mortalidad infantil. Nuestros resultados indican que los países asiáticos en su conjunto se han manejado bien en la regulación de pesticidas y la mortalidad infantil, pero mal en la calidad del aire, medida por la superación de PM2.5. Aparte de la mala gestión en la calidad del aire, no encontramos ninguna evidencia de sostenibilidad en las áreas protegidas. Sin embargo, para la submuestra de países de ingresos altos, encontramos resultados similares a los de toda la muestra, pero confirmamos la evidencia de sostenibilidad en la biodiversidad y el hábitat. Para la submuestra de países de ingresos medianos altos, encontramos evidencia de sostenibilidad en la regulación de pesticidas y mortalidad infantil, pero la gestión de la calidad del aire ha sido deficiente y no hay evidencia de sostenibilidad en la biodiversidad y el hábitat. La submuestra de países de ingresos bajos y medianos bajos, donde la calidad del aire está en riesgo, parece haber logrado la sostenibilidad solo

4 I ALCANCES INTERNACIONALES DE DESARROLLO ECONÓMICO LOCAL

El estudio de la especialización productiva regional es clave para diseñar políticas de desarrollo territorial. Sin embargo, las medidas usualmente utilizadas no tienen en cuenta la interdependencia entre actividades y presentan otros problemas relacionados con el nivel de desagregación sectorial empleado. Para superar estas limitaciones, proponemos una nueva forma de definir la especialización regional a partir de técnicas de análisis multivariado, que son aplicadas a datos del total de empleo asalariado registrado en el sector privado de Argentina. Primero, conformamos un conjunto de perfiles sectoriales de coaglomeración territorial y, a partir de ellos, definimos una tipología empírica de Áreas Económicas Locales en función de sus patrones productivos. Los resultados muestran que la metodología propuesta ayuda a capturar interdependencias entre actividades, distinguir dentro de una categoría especializaciones cualitativamente diferentes y dar cuenta tanto del tipo de especialización como del grado de diversidad productiva regional.

Asimismo, si bien hemos señalado que, al igual que otras formas de clasificación, la tipología de patrones productivos propuesta en este artículo puede presentar algunas limitaciones, esperamos que pueda ser de utilidad para futuras aplicaciones y trabajos sobre economía regional. A modo de ejemplo, para el caso argentino, es de interés indagar en futuras investigaciones cuáles son los factores determinantes que se asocian al tipo de patrón productivo o a la evolución (y crecimiento) del empleo en las distintas AEL. A nivel internacional, puede ser relevante la comparación de perfiles de co-aglomeración o tipologías de regiones entre países. Esto permitiría identificar, por ejemplo, cómo se vinculan las actividades intensivas en recursos naturales con el resto de las actividades productivas en países dependientes de este tipo de recursos, o en naciones con diferentes niveles de desarrollo. (Niembro et al., 2021)

Comprender la dinámica de la producción de alimentos es fundamental para mejorar la seguridad alimentaria. Esto es particularmente importante en regiones que dependen de la agricultura de subsistencia con poca capacidad de adaptación al cambio climático. El sorgo juega un papel importante en la seguridad alimentaria en algunas de las partes más pobres del mundo. Este artículo revisa la literatura para identificar y examinar los principales factores que afectan la producción de sorgo en tres importantes regiones productoras. Los factores no se clasificaron ex ante sino que se determinaron a partir de la revisión. Se identificaron diez factores principales que tienen impactos notables en la producción de sorgo: cambio climático, crecimiento demográfico/ desarrollo económico, demanda no alimentaria, insumos agrícolas, demanda de otros cultivos, escasez de recursos agrícolas, biodiversidad, influencia cultural, precio y conflicto armado. Esta síntesis reveló que (1) múltiples factores afectan simultáneamente la producción de sorgo; (2) el efecto de cada

factor está muy influenciado por la magnitud y certeza de uno o más factores; y (3) los factores difieren en relevancia y grado con respecto a la geografía. En general, la mejora de los insumos agrícolas, el crecimiento demográfico/ desarrollo económico y el cambio climático tienen una influencia sustancial en la producción de sorgo. Sin embargo, es probable que las dinámicas locales vayan más allá de estas tendencias generales y se necesiten estudios más exhaustivos y enfocados localmente para fines de planificación procesable. (Mundia et al., 2019)

Por otro lado, el procedimiento propuesto supera los antecedentes revisados por su alcance, con un enfoque más amplio y sistémico en su orientación al proponerse determinar en qué medida los proyectos de desarrollo local de tipo económico logran generar cambios que se expresen en determinados efectos en las dimensiones del desarrollo del territorio, identificadas y operacionalizadas según la dinámica de cada contexto, a través de indicadores que facilitan el proceso de medición, a diferencia de la forma tradicionalmente utilizada de evaluar el impacto del proyecto en su marco de acción. (Ruíz Domínguez et al., 2020)

El documento investiga el efecto del desarrollo financiero y la calidad institucional en el medio ambiente en el sur de Asia. Otros determinantes de la calidad ambiental incluidos son el crecimiento económico, el consumo de energía, la IED, la apertura comercial y la calidad institucional. Para el análisis empírico, se utilizan datos de panel para el período de 1984 a 2015. Los resultados estimados indican que la hipótesis de la curva ambiental de Kuznet (EKC) se mantiene en el sur de Asia, es decir, el medio ambiente primero se deteriora con el desarrollo económico y luego comienza a mejorar. Los resultados empíricos revelan que un aumento del 1% en el crecimiento económico empeora el entorno en un 1,709%. Sin embargo, un mayor aumento en el crecimiento económico mejora el medio ambiente en un 0,104%. El consumo de energía tiene un efecto de deterioro sobre el medio ambiente. El desarrollo financiero ha degradado el medio ambiente en la región, lo que indica que los países del sur de Asia han utilizado el desarrollo financiero para la capitalización y no para mejorar la tecnología. Los resultados estimados muestran que un aumento del 1% en el desarrollo financiero deteriora el entorno en un 0,147%. La IED, que es una medida de la apertura financiera, tiene un efecto mitigador sobre la contaminación. A su vez, la apertura comercial ha empeorado la calidad ambiental de la región. La calidad institucional tiene un efecto negativo significativo en las emisiones de carbono. También tiene efectos moderadores negativos significativos sobre las emisiones de carbono. Los resultados muestran que una mejora del 1 % en la calidad institucional reducirá la contaminación en un 0,114 %. El estudio sugiere que los países del sur de Asia deberían centrarse más en el efecto de la tecnología y no en el efecto de escala del desarrollo financiero. (Zakaria & Bibi, 2019)

En Nicaragua la falta de información sociodemográfica actualizada a nivel de ciudades, municipios, territorios, comunidades, sectores y barrios constituye una limitante

para la realización de estudios sobre las características de desarrollo local y territorial y así proponer acciones basadas en evidencias que sean más eficientes y que contribuyan al bienestar de la sociedad, aun cuando los actores institucionales existentes en los territorios tengan claro lo que desean. Esta investigación tuvo como objetivo caracterizar la economía del municipio de León desde la perspectiva planteada por Rodríguez (2015), respecto a las dimensiones de innovación y de interrelación de los sectores económicos del municipio (Modelo Sectorial-Territorial). El estudio se basó en la teoría del desarrollo endógeno, utiliza la clasificación sectorial propuesta por el Instituto Nacional de Información de Desarrollo (INIDE) el cual propone 10 sectores económicos y tiene un enfoque cuantitativo, dado que se realizaron 20 entrevistas a informantes calificados y actores económicos locales para posteriormente cuantificar sub índices e índices propuestos por el modelo, e identificar si el municipio se clasifica en Desarrollo Bajo DB, Desarrollo Defensivo DD, Desarrollo Sectorial DS o Desarrollo Territorial DT. Los resultados muestran que el 50.8% del empleo formal se encuentra concentrado en sectores con DS (industria manufacturera, financiero, electricidad, gas y agua, agricultura, ganadería) el 36.5% en sectores de Desarrollo Defensivo (servicios comunales, sociales y personales, hoteles y restaurantes) y el 12.7% en sectores con Desarrollo Bajo (pesca, minas y canteras, comercio al por mayor y por menor, transporte, almacenamiento y comunicaciones). Finalmente, la economía de León se encuentra en DB (1.56,1) con perspectiva a trasladarse hacia un DD, el cual concentra el empleo formal en actividades con altos niveles de innovación pero con poca relación importante con el resto de la economía local. (Peralta et al., 2020)

Finalmente, en el contexto latinoamericano se presentan los principales antecedentes que han generado cambios en las prácticas y campos de acción del diseño, posicionándolo como una profesión centrada en lo humano y enfocada en actuar sobre diversas problemáticas que aquejan a la sociedad. De este modo se expone una trayectoria que comienza evidenciando las tensiones entre consumo y sustentabilidad, y que continúa explorando su influencia en el diseño, haciendo especial énfasis en el diseño latinoamericano; el cual enuncia, desde otras latitudes, una práctica social que reclama ser atendida y estudiada. Dicha reflexión fue elaborada a través de la revisión de fuentes bibliográficas en el ejercicio de una investigación doctoral con miras a construir un estado del arte sobre el diseño social. De acuerdo a lo planteado, la práctica social del diseño en Latinoamérica enfrenta retos propios que la diferencian de los planteados en otros contextos. Ello se refiere a las condiciones sociales, políticas y económicas propias de los diferentes países que conforman el Sur, que hacen necesaria una práctica del diseño con carácter propio. Un carácter que dinamice las iniciativas comunitarias que impulse la creatividad colectiva y permita alcanzar las metas sociales a través del fortalecimiento de la identidad local que reivindica la práctica del diseño social en Latinoamérica. (Ramos, 2018)

La búsqueda de desarrollo regional precisa conocer las características específicas y la definición de los agentes. Sin embargo, es importante estudiar las instituciones pues una

mejor capacidad institucional puede complementar el proceso del desarrollo económico. Si bien, la medición y el estudio de indicadores institucionales como el tamaño y la forma de las instituciones formales e informales y la posible endogeneidad de ambas. Se tienen que realizar esfuerzos para buscar estrategias que refuercen las instituciones y su eficiencia. El desarrollo económico depende de la capacidad estatal así tanto como la capacidad estatal puede mejorar con un alto desarrollo económico. Es por ello, que el desarrollo económico tiene que adaptarse a los cambios en el entorno y en específico de las instituciones locales. Este punto de vista económico permite empoderar a las estrategias de desarrollo puesto que involucra una elaboración de estrategias enfocadas en mejorar no solo indicadores económicos sino también posibles variables institucionales que su a vez tendrían impactos positivos en el desarrollo. (Rodríguez-Pose, 2013)

5 | ALCANCES DE DESARROLLO ECONÓMICO LOCAL

En la actualidad, las inversiones de gran escala enfrentan nuevos desafíos. Pese a los esfuerzos en algunos ámbitos, los conflictos no han cesado y los contextos institucionales no han resuelto los problemas y contradicciones entre la industria extractiva y las comunidades.

Es necesario observar la situación de la economía extractiva con otros lentes, comprendiendo que los conflictos socio territoriales no se resolverán por obra de una empresa. Por el contrario, como se ha venido describiendo aquí, se debe reconocer la participación de distintos actores que conforman territorialidades con sus intereses e identidades, por lo cual solo los procesos de articulación, diálogo y negociación, en un marco de respeto de derechos, harán posible avanzar en el desarrollo de proyectos que otorguen bienestar social.

El fortalecimiento de las capacidades institucionales del sector público y de la sociedad civil, así como la apertura de espacios de diálogo público-privado, deben desarrollarse de manera simultánea a la instalación de prácticas de recaudación y distribución de rentas, ordenamiento territorial y consulta previa. Con todos los actores en la mesa, pero con marcos e instrumentos legales que aseguren una relativa simetría de poder entre ellos — una simetría que permita negociar —, será posible arribar a arreglos institucionales eficaces para el desarrollo territorial sobre la base de consideraciones económicas, sociales, culturales y ambientales. (Fernández-Labbé & Fernández-Labbé, 2020)

Analizando el caso de municipalidades nacionales la siguiente investigación tiene por objetivo Identificar la correlación que existe entre el desarrollo económico local y la competitividad productiva de las cadenas productivas de artesanía y crianza de cuyes en las comunidades de Anchayaque y Casillo del Distrito de Santo Tomas – Chumbivilcas al año 2018, a través de un análisis y una visión objetiva de la situación del desarrollo económico y la competitividad productiva de los agentes económico organizados en las comunidades

de anchayaque y Ccasillo del distrito de Santo Tomas, provincia de Chumbivilcas y región del Cusco.

Asimismo, la presente tesis de investigación descriptiva propone, que a través de la Municipalidad Provincial de Chumbivilcas Gerencia de Desarrollo Económico se viene impulsando Las Iniciativa de Apoyo a la Competitividad Productiva - PROCOMPITE con la generación de una directiva Municipal que propone todas las fases del programa, por lo que recomendamos al Gobierno Regional, Gobiernos Municipales Generar Directivas basadas en la Ley N° 29337 del apoyo a la competitividad productiva y las Directivas Nacionales del Ministerio de Producción como equipo técnico nacional, mediante la cual se pueda dinamizar los proyectos productivos a través de las iniciativas presentadas por los Agentes Económicos Organizados de las diferentes zonas previa priorización de las cadenas productivas.(Monzón Aguilar, 2018)

6 I DESARROLLO ECONÓMICO LOCAL

Un enfoque crítico dentro de la creciente investigación en torno al desarrollo y la planificación del turismo es el del turismo y la planificación del desarrollo económico local (DEL). Este documento investiga el nexo entre el turismo y la planificación DEL en Sudáfrica. Podría decirse que Sudáfrica proporciona un territorio fértil para explorar esta relación debido a la importancia nacional del turismo para la economía en su conjunto y al compromiso político del gobierno nacional para apoyar la planificación del desarrollo subnacional. Se presenta evidencia del municipio local de Overstrand en el Cabo Occidental, uno de los muchos pueblos pequeños donde el turismo es un motor económico local crítico. La evidencia muestra que la expansión del turismo puede contribuir a un mayor crecimiento de la economía local, así como a la creación de empleo para las comunidades locales. Dicho esto, la estructura de propiedad existente de la economía turística local se inclina masivamente hacia los empresarios blancos, de modo que la economía turística local no puede describirse como inclusiva.

El nexo del turismo y la planificación para el desarrollo económico local está atrayendo una creciente beca internacional. Sudáfrica ofrece un territorio fértil para explorar esta relación debido a la importancia nacional del turismo en la economía en su conjunto y al compromiso de apoyar la planificación del desarrollo subnacional. En un documento de diagnóstico reciente sobre la trayectoria del desarrollo nacional, el Banco Mundial (2018) llama la atención sobre el progreso logrado en Sudáfrica desde el advenimiento de la democracia en 1994. Sin embargo, advierte que se trata de una “transición incompleta” ya que la transición económica de un sistema de exclusión histórica bajo políticas de segregación y apartheid sigue siendo incompleta. En consecuencia, los llamados a promover vías de desarrollo económico “inclusivo” están firmemente en la agenda política en Sudáfrica, incluso para el sector del turismo.(Rogerson & Rogerson, 2019)

La descripción del conocimiento integral de la realidad sigue los lineamientos del Centro Nacional de Planeamiento Estratégico CEPLAN. Las entidades definen a la población dentro del territorio, luego se pasa a la población objetivo la cual en el caso del Plan de Desarrollo Económico es la población universal. Asimismo, se definen las entidades públicas, algunas privadas de interés. En esta primera parte se busca conocer cuales son las necesidades y prioridades de la población, pues se busca realizar estrategias de desarrollo local. Se recopila la mayor información que se encuentre disponible para describir riesgos y retos actuales. Justamente ahí radica la importancia de trabajar con datos actuales y confiables pues se elaborarán variables cualitativas y cuantitativas de interés. (Guía para el Planeamiento Institucional (2019))

El estudio de las regiones ha podido elaborar teorías sobre la diversidad en los recursos y actores. Las interacciones entre los agentes económicos pueden darse dentro de la región o fuera, por lo que es importante situar a los actores relevantes. Las empresas usualmente favorecen a las regiones con impactos positivos que se dispersan por todo el territorio. Es por ello que la configuración de la región tiene un impacto en el desempeño de las empresas. En este estudio se estudia la influencia bidireccional entre regiones y empresas. Es por ello que el estudio de la literatura sobre desarrollo regional y caracterización de las regiones insumos importantes para el diseño de estrategias de desarrollo económico territorial. (Correia & Brito, 2016)

La definición de desarrollo económico es tan amplia como las distintas formas de entender las estrategias por las cuales se origina el crecimiento. En este contexto, el profesor Schumpeter define al crecimiento económico como una dinámica estable, es similar a una senda de crecimiento continuo. Por otro lado, el desarrollo termina por cambiar la dinámica, creando una discontinuidad en la senda de crecimiento. Tal discontinuidad se relaciona con el desarrollo, se puede interpretar a la construcción destructiva como una explicación del origen discontinuo en la senda de crecimiento. Sin embargo, el sector empresarial para el profesor Schumpeter terminar por ser el móvil más usual que lleva a salirse de un estado estacionario estable. Debido a la naturaleza de la propia innovación y la búsqueda de beneficios. Lo explicado anteriormente no es tan relevante para situar como medio fundamental de desarrollo económico por lo que el documento de investigación termina por dejar un problema sin resolver el cual consiste en encontrar los drivers principales del desarrollo económico. Lleva a la reflexión y a re visitar las teorías de desarrollo económico. (Schumpeter, 2005)

Aunque la geografía de la producción turística ha sufrido el abandono de la investigación, esta revisión ha identificado varias áreas de progreso. Los temas de la globalización, el cambio tecnológico, el espíritu empresarial, el proceso laboral y la reestructuración se han explorado en los últimos años. En muchos casos, los investigadores no considerarían necesariamente que estaban trabajando en la geografía económica del turismo. Sin embargo, las interdependencias en el conocimiento, la naturaleza compleja de

la producción turística y el mayor énfasis en las interpretaciones culturales en la geografía económica (Lee y Wills 1997), han requerido perspectivas de investigación católicas. Pero a pesar de estos avances, todavía existen grandes lagunas en nuestro conocimiento de la producción turística.

En primer lugar, ha habido poca investigación sobre las implicaciones productivas de la frontera cambiante entre la oferta turística mercantilizada, no mercantilizada y parcialmente mercantilizada. ¿Cuáles son las tendencias en el autoabastecimiento, o suministro informal, en diferentes partes del complejo turístico, como la reserva de vacaciones (directamente en Internet) y el alojamiento (segunda residencia, turismo VFR)? ¿Y cuáles son las diferencias directas e indirectas de producción, ingresos y empleo que se derivan de ello? El cambio hacia el autoaprovisionamiento también tiene implicaciones para la división social del trabajo basada en la clase, el género y la edad en los servicios turísticos mercantilizados y no mercantilizados. (Agarwal et al., 2000)

7 | IMPORTANCIA DEL DESARROLLO ECONÓMICO LOCAL

los resultados indican que las percepciones de los LFP en las muestras de consumidores y fabricantes tienen una interpretación bastante análoga y, por otro lado, sus puntuaciones medias difieren ligeramente en algunos aspectos, lo que también era de esperar. Este estudio, sin embargo, proporciona resultados más sustantivos para los productores, procesadores, minoristas y consumidores, ya que revela las percepciones de los productos alimenticios locales sobre diversas especificidades. Estos incluyen no solo los atributos extrínsecos e intrínsecos de los productos alimenticios locales, sino también algunas facetas adicionales de la oferta y la demanda, como la existencia de un marco institucional adecuado, mejores atributos de credibilidad y una imagen de marca más sólida para poder diferenciar mejor este tipo de productos. Curiosamente, tanto las percepciones de los productores como de los consumidores sobre los LFP nacionales, en relación con los LFP importados, son muy positivas, ya que consideran que los LFP nacionales son de mejor calidad, más seguros y más baratos que los productos alimenticios importados, lo que respalda la tesis de que los LFP representan el potencial que puede contribuir a la promoción de la comunidad local. Los consumidores tienden a pagar más por los productos de “valor agregado” y si los LFP denotan calidad, frescura y autenticidad, los productores locales pueden de esta manera diferenciarse de los grandes productores. La cuestión de la confianza que se puede construir entre consumidores y productores mediante un contacto mutuo contribuirá a prácticas comunitarias locales más saludables y sostenibles.

Por otro lado, la importancia de una marca local debe enfatizarse a través de programas de promoción específicos. De esta manera, los consumidores pueden recibir más información sobre los beneficios de las LFP. Los programas de marca que promueven e identifican los productos alimenticios locales producidos dentro de la provincia pueden ser

parte de las estrategias de desarrollo económico para las comunidades rurales. Esto solo es posible si los productores locales de alimentos están posicionados de manera diferente a otros grandes productores de alimentos, y si los LFP cuentan con el apoyo y la promoción adecuados en el marco de una estrategia rural. (Cvijanović et al., 2020)

Asimismo, el objetivo de la siguiente investigación es analizar la implementación del proyecto turístico Riviera Nayarit y evaluar sus resultados como instrumento de política pública para el desarrollo económico local en localidades con mayor actividad turística del municipio de Bahía de Banderas, Nayarit México. Para el análisis, la investigación considera los fundamentos de la Teoría del Desarrollo por la Base o Endógeno de acuerdo con Mario Polése (1998), en su estudio sobre economía urbana y regional, así se construye un marco conceptual para desarrollar la evaluación de los resultados. Metodológicamente, la evaluación de los resultados se realiza a través de un análisis de varianza para comparar las medias de las variables de estudio en dos cortes en el tiempo. Después, para determinar la causalidad de la política se realiza el contraste de las variables mediante la prueba Tukey-B, el software usado para el manejo y tratamiento de los datos es SPSS-21. Tras la evaluación de la política pública, *Ceteris Paribus*, los resultados obtenidos en esta investigación demuestran la existencia de una marcada segregación espacial derivado de la concentración, casi exclusiva, del esfuerzo del gobierno por promover el desarrollo económico local a partir de explotar los recursos disponibles en zonas susceptibles a la actividad turística. (Partida, 2019)

Se han iniciado agencias de desarrollo económico local (LEDA) para apoyar los objetivos de desarrollo económico local (LED) en varios países desarrollados y en desarrollo. En Sudáfrica, las ADEL se han establecido como parte del panorama DEL en el país. Este artículo analiza el establecimiento, el estado actual y los desafíos que enfrentan las ADEL en Sudáfrica. Se argumenta que el modelo de agencia de desarrollo tiene potencialmente un papel central en la gestión, dirección y coordinación de las actividades de desarrollo económico en determinados espacios locales. Sin embargo, el éxito de las ADEL se ve desafiado por varios factores, incluidos el potencial económico local, los desafíos de capacidad y recursos y la preparación institucional tanto de la agencia como del municipio matriz para gestionar los resultados del desarrollo local.

En el análisis final, si bien las ADEL son parte del panorama DEL de Sudáfrica, se argumenta que aún no han surgido como instrumentos de implementación totalmente integrados en el sistema de gobierno local. Es importante reconocer que DEL es un proceso y lleva tiempo, y su éxito depende de una serie de factores que incluyen una buena estrategia, liderazgo, recursos suficientes, un equipo eficaz y excelentes alianzas. Con una dirección eficaz, incluido el liderazgo y el propósito político y económico, las agencias podrían abordar algunos de los muchos desafíos operativos. Aunque están comenzando a surgir ciertos ejemplos de buenas prácticas de las agencias de desarrollo de Sudáfrica, sobre todo en el caso de Aspire (McKibbin et al. 2012), está claro que un examen de la

experiencia internacional de las ADEL tanto en países desarrollados como en desarrollo también puede proporcionar información útil para mejorar el contexto operativo, institucional y sociopolítico para las operaciones de la ADEL en Sudáfrica. (Lawrence, 2013)

A diez años de implementación de la Ley de Participación Popular en el marco de reformas adoptadas en nuestro país bajo la concepción del modelo de Desarrollo Sostenible, buscando iniciar un proceso de desarrollo basado en un modelo de planificación participativa y descentralizada, pretendiendo dar un rol protagónico a los gobiernos municipales, no se ha logrado generar un proceso de desarrollo económico local, especialmente en los municipios rurales, debido a factores los cuales se analizan en este trabajo, que procura constituirse en una alternativa para que los gobiernos municipales, en este caso el de Pucarani, pueda iniciar este proceso de desarrollo a través de una política de Promoción Económica. El primer capítulo analiza las concepciones teóricas de la descentralización, el modelo boliviano de la descentralización en sus diferentes etapas hasta la Agenda 21 y el nuevo modelo de desarrollo sostenible que lo adopta para el cumplimiento de sus objetivos, relacionado con la municipalización del territorio y la participación ciudadana como constitutivas del mismo. Finalmente se analizan los conceptos de Desarrollo Económico Local, Municipio Productivo y Promoción Económica. El capítulo II parte del análisis de la aplicación de la ley de Participación Popular, identificando las limitaciones e impedimentos del proceso, así como los factores inherentes a la ley que no posibilitaron el desarrollo productivo del sector rural, de este análisis se plantean lineamientos estratégicos que deben alcanzarse, seguidamente, se analiza la normativa legal para la promoción económica. En el capítulo III se elabora un diagnóstico íntegro del Municipio de Pucarani, que contiene los aspectos generales del municipio, concentrándose en los aspectos físico naturales, socioeconómicos y el funcionamiento del Municipio; partiendo del PDM, sintetizando la Estrategia de Desarrollo Municipal (EDM), se hace una evaluación comparándola con la ejecución presupuestaria de los últimos cuatro años, esto nos permite identificar los factores que limitan el desarrollo económico del municipio y observar los lineamientos que han acompañado la política municipal de desarrollo que desembocaron en un total descuido del sector productivo. En el capítulo IV, identificada la problemática, se plantean una gama de acciones a ser contenidas en el programa de promoción económica, incluyendo el papel del Gobierno Municipal como comprador de la producción local (Moreno Sainz, 2005)

CAPITULO 2

1 | TEORÍAS DEL DESARROLLO ECONÓMICO LOCAL

En este capítulo se revisan los resultados de la investigación destinados a cuantificar los efectos económicos locales. Las características del área del sitio también tienen una influencia generalizada en prácticamente todas las dimensiones del impacto económico. Se puede esperar que un proyecto a gran escala afecte todos los aspectos de la economía de un área, incluidos el empleo, los ingresos, la actividad comercial local, el valor de las propiedades y los precios de los bienes y servicios. Los efectos directos en el empleo de una nueva instalación de energía u otro gran proyecto de desarrollo generalmente ocurren en dos fases: la construcción de la instalación y su posterior operación. Además del empleo creado directamente en la construcción de instalaciones y en la operación de plantas o minas, se puede esperar que el desarrollo energético estimule una mayor actividad económica y empleo en varios sectores comerciales y de servicios de la economía local. Se espera que el desarrollo energético y el consiguiente crecimiento de la población generen mayores ingresos para el comercio local y el sector de servicios. (Leistritz et al., 2019)

La innovación en tecnologías y cómo se aplican son clave para permitir que la industria cree nuevos valores empresariales al mismo tiempo que beneficia a las personas y al planeta. La innovación juega un papel importante en construir y mantener una posición competitiva y la competitividad de las empresas individuales, regiones o países enteros. La forma específica que combina ambas dimensiones de la economía verde desarrollo son los empleos verdes. En los últimos años, las empresas manufactureras han estado mejorando sus esfuerzos hacia la fabricación sostenible desde la prevención de la contaminación hasta enfoques integrados que tener en cuenta los ciclos de vida de los productos y los impactos más amplios. La eco innovación ayuda a posibilitar esta evolución a través de una combinación de cambios tecnológicos y no tecnológicos que pueden producir mejoras ambientales. La reciente crisis económica y las negociaciones sobre el cambio climático deben ser como una gran oportunidad para avanzar hacia una economía verde acelerando la innovación y construir una sociedad ciudadana responsable. En la estrategia de realización del modelo de economía verde “crecer primero y limpiar up later” no es posible debido al costo ambiental y la violación de los principios de sostenibilidad. Por lo tanto, la dimensión social representada por el concepto de RSE y la idea de empleos verdes están entrelazadas con innovación. Estas dos áreas son fuente de desarrollo de la economía verde que deben ser mejor examinado en investigaciones posteriores (Sulich, 2020)

Este documento examina el liderazgo de lugares (ciudades, regiones, comunidades) en Australia, Finlandia, Alemania, Italia, Estados Unidos y el Reino Unido y explora la capacidad de las viñetas para generar nuevos conocimientos teóricos y empíricos. Utiliza viñetas para identificar las características del liderazgo del lugar evidentes en 12 estudios de caso en seis países. La investigación encuentra puntos en común significativos en el

liderazgo del lugar con respecto a la importancia otorgada a la superación de fronteras, el papel de los funcionarios gubernamentales para responder a la perspectiva de declive o crecimiento regional y cómo la naturaleza del desafío que enfrenta una localidad determina la idoneidad de la respuesta. (Beer et al., 2019)

Investigamos el vínculo entre la Gran Gripe de 1918 y el crecimiento económico regional en Italia, un país en el que las medidas implementadas por las autoridades públicas para contener el contagio fueron limitadas o ineficaces. La pandemia causó unas 600.000 muertes en Italia, una tasa de mortalidad de alrededor del 1,2%. Encontramos evidencia de un efecto adverso fuerte y significativo de la pandemia en el crecimiento regional. En particular, pasar de las regiones con menor mortalidad a aquellas con mayor mortalidad está asociado a una caída en el crecimiento del PIB per cápita de alrededor del 6,5%, que se disipa en tres años. De acuerdo con este hallazgo, también estimamos un efecto negativo pequeño y transitorio de la influenza en la industrialización. Nuestras estimaciones proporcionan un límite superior del efecto adverso de las pandemias en el crecimiento económico local en ausencia de intervenciones de salud pública no farmacéuticas. (Carillo & Jappelli, 2020)

La definición de micronegocios y su naturaleza son elementos importantes de estudio para el plan de desarrollo económico local. Las tiendas en las calles y avenidas, restaurantes, etc son pequeñas y simples en un sentido microeconómico, pues el análisis de maximización de beneficios termina por definirlos. Sin embargo, en un sentido agregado proveen bienes y servicios necesarios para el funcionamiento de una localidad. El crecimiento económico depende directamente del rendimiento de estos, mientras que el desarrollo económico viene por las oportunidades de innovación y la comunidad que se construye en estos entornos. La configuración de las oportunidades nos permite situar la relevancia de incluir un plan para lograr un desarrollo económico local siendo uno de los pilares importantes los micronegocios. (Dallago & Tortia, 2019)

Asimismo, el desarrollo económico estatal y local a menudo se conceptualiza como una serie de oleadas sucesivas, y cada oleada representa distintas prioridades políticas. En este estudio, reelaboramos la metáfora de la ola estándar para reconocer las ganancias de las economías regionales cuando los profesionales cruzan los límites establecidos para trabajar juntos y crear una combinación de estrategias. Presentamos un caso de biociencias de Carolina del Norte para demostrar la contribución a la especialización industrial regional cuando los especialistas combinan sus respectivos conocimientos de emprendimiento y reclutamiento industrial y coordinan la práctica del desarrollo. Más que un ajuste al endurecimiento de las restricciones presupuestarias o la intensificación de la demanda política, la combinación de estrategias permite a los profesionales ampliar y capturar mayores ganancias del apoyo estatal a la innovación. Este estudio de caso proporciona un ejemplo ilustrativo de cómo otras regiones pueden promover la industria innovadora al acercar herramientas y objetivos de desarrollo aparentemente distintos..

(Lowe & Feldman, 2018)

Muchos países en desarrollo se dieron cuenta en las últimas dos décadas de que el turismo puede ser una herramienta importante para lograr los objetivos de desarrollo sostenible de eliminación de la pobreza, sostenibilidad ambiental y trabajo decente y crecimiento económico en general, lo que ha llevado a muchos gobiernos a introducir medidas destinadas a promover el desarrollo. Sin embargo, a diferencia de muchos países de África Oriental y Meridional, los países de la subregión de África Central, rica en biodiversidad, comenzaron recientemente a adoptar medidas destinadas al desarrollo sostenible de la industria orientada a la realización de estos objetivos. La industria de los viajes y el turismo todavía se encuentra en una etapa embrionaria y caótica de desarrollo, plagada de una multitud de desafíos que contribuyen con menos del 3 % al PIB y al empleo. Utilizando métodos de investigación cualitativos, es decir, entrevistas semiestructuradas y observaciones de campo, el documento examina el papel de la industria del turismo en el logro de estos objetivos y, en consecuencia, la contribución del turismo al desarrollo económico local en Camerún. Destaca los diversos potenciales del país, así como algunos de los principales desafíos que se enfrentan actualmente. El documento concluye proponiendo un marco dentro del cual todas las partes interesadas pueden trabajar activamente juntas para la realización de estos objetivos. (Kimbu & Tichaawa, 2018)

Es importante resaltar el estudio de los principales factores de crecimiento económico ha sido importante para luego discutir si es relevante utilizar las mismas estrategias para lograr el desarrollo económico. En este sentido, se ha buscado mejorar el proceso de producción y las estrategias de desarrollo local. Sin embargo, los autores señalan la importancia de establecer el desarrollo humano como el objetivo final del desarrollo económico local. La importancia del plan de desarrollo económico local se encuentra en la capacidad del mismo por elaborar estrategias y objetivos estratégicos que permitan mejorar la calidad de vida de las personas, siendo las variables de desarrollo económico relegadas a un segundo plano. Los indicadores del desarrollo humano tales como: esperanza de vida, años de estudio, ingreso promedio serían los indicadores finales de interés para evaluar el rendimiento de los planes de desarrollo económico local. (Casas-Casas, 2018)

21 EL DESARROLLO ECONÓMICO LOCAL DESDE LA PERSPECTIVA INTERNACIONAL

Elaborado diversas investigaciones que son aplicables a contextos internacionales pues inspeccionan la estructura del Desarrollo Económico Local. Usualmente, se han elaborado propuestas para complementar la búsqueda de desarrollo económico introduciendo conceptos como el Desarrollo Humano, la Dimensión de Género, etc.

La teoría utilitarista permite elaborar una medición de la valorización social en una

economía. Es a través de la suma de las utilidades individuales que se logra representar a los agentes económicos. En este contexto el mercado se encarga de asignar y regular todos los bienes y servicios. El enfoque de Desarrollo Humano centra a las personas en el diseño de las políticas sociales y económicas. Se busca un crecimiento y desarrollo desde adentro (endógeno) lo que implica fortalecer los sistemas productivos y buscar estrategias que permitan el desarrollo de un territorio, es decir, fomentar el Desarrollo Económico Local. Por ello, los autores encuentran necesario establecer los lineamientos estratégicos para el Desarrollo Económico Local teniendo como centro a las personas y su respectivo Desarrollo Humano. (Casas-Casas, 2018)

En el contexto internacional se ha discutido sobre la literatura de brechas de género por lo que se incluyó en el proceso del Desarrollo Económico Local la Dimensión del Género. Sin embargo, existen cualidades y características que difieren en el grado de exclusión y desigualdad en las mujeres respecto de los hombres. Una forma de acotar tal diversidad es agrupar las condiciones económicas para estudiar diferencias específicas por ejemplo en salarios, trabajo, etc. Asimismo, se debe incluir en el análisis los contextos culturales y la cosmovisión de las personas para conocer de primera mano aquellos factores que incentivan las desigualdades. Por todo lo mencionado los autores sustentan incluir propuestas e iniciativas para reforzar las dinámicas económicas para disminuir las brechas entre mujeres y hombres. En primer lugar, los autores son enfáticos en sustentar que el principio principal de la filosofía DEL incluye las igualdades sociales de todos los individuos, por ello, uno de los objetivos debería ser lograr estándares de calidad tanto en mujeres y hombres. (Duque & Correal, 2018)

3 I DESARROLLO ECONÓMICO LOCAL DESDE LA APRECIACIÓN PERUANA

Existen diversas investigaciones enfocadas en el análisis específico de las localidades. Resulta interesante investigar las diferentes realidades latinoamericanas en cuanto a la elaboración de estrategias para el desarrollo económico local tomando en cuenta todas las configuraciones particulares de su territorio. Por ello, se explorará documentos de Ecuador, Chile y Panamá.

El desarrollo económico local asocia el comportamiento de diferentes agentes como el sector público, sector privado, gobierno, etc. y no solo se centra en actores locales pues diferentes contextos dependen de factores y actores internacionales. En el Ecuador existen indicadores económicos y sociales negativos en algunos sectores mientras que en otro no. Es así como se configura como un país con un crecimiento y desarrollo desigual. Los autores estudian los cantones de Daule, Nobol y Santa Lucía y exploran diversas variables económicas y sociales. A través de una metodología descriptiva y exploratoria demuestran que los cantones mencionados presentan indicadores negativos de desarrollo lo cual hace que sea necesario evaluar políticas públicas para cambiar la situación mencionada. Es

importante señalar que en el Ecuador se elabora un Plan Nacional de Desarrollo, el mismo se relaciona con los Objetivos de Desarrollo Sostenible. (Chacha et al., 2019)

Existe una escasa literatura en el contexto nacional sobre el estudio de estrategias para el desarrollo económico local, es por ello que se torna relevante elaborar propuestas innovadoras para fortalecer las políticas públicas a través de lineamientos de trabajo estructurados.

Dimensiones e Indicadores del Desarrollo Económico Local

Condiciones Económicas del ciudadano

Esta investigación tiene dos objetivos. Por un lado, caracterizar a los territorios de los cuatro países en función de sus actividades y especializaciones productivas y de acuerdo a sus niveles de desarrollo económico relativo. Por otro lado, analizar 24 clusters en los cuatro países objeto de estudio, analizando las redes de cooperación entre empresas y organizaciones, así como la relación entre la cooperación y el desempeño de las firmas. En relación con el primer objetivo, el trabajo analiza la capacidad productiva y de generación de riqueza en los territorios, el grado de desarrollo empresarial y las condiciones socioeconómicas de entorno, junto con la identificación de las especializaciones productivas en cada región. El trabajo muestra claramente que el desarrollo económico no se distribuye uniformemente en el territorio. En los cuatro países se observan patrones territoriales de desarrollo. Además, se constata una fuerte concentración de la actividad económica en las regiones que localizan a las capitales nacionales (salvo por las regiones ricas en recursos mineros o energéticos). El análisis del desarrollo empresarial y del entorno socioeconómico pone en evidencia que, además de la importancia de los factores externos, un territorio debe desarrollar sus propias capacidades locales para aprovechar esos impulsos externos y transformarlos en desarrollo local. En cuanto al segundo objetivo, referido al estudio de 24 redes de cooperación empresarial, el trabajo deja claramente establecido que son las organizaciones las que cohesionan las redes y cumplen el rol de conectar a las empresas. Por el contrario, entre las empresas, la cooperación es baja en la mayoría de los casos. En este sentido, los países estudiados no muestran, en general, regiones con gran capacidad empresarial local que pueda ser el sostén de las redes de cooperación, a diferencia de los territorios que en la literatura son señalados como clusters o distritos exitosos. Por lo tanto, las organizaciones parecen tener la llave para poder desempeñar el rol de nexo entre las empresas y evitar los aislamientos, así como para acercar el acceso a fuentes externas de innovación que se puedan difundir en el cluster. Finalmente, se complementó el análisis de redes con técnicas econométricas y se encontró una relación positiva entre la vinculación con las redes de cooperación y el desempeño económico de las firmas. (Rodríguez Miranda et al., 2019)

Tomando en cuenta las raíces de las bases de la economía y de los factores y sectores que se derivan de ésta, considerando su complejidad y su diversidad, se pueden formular algunas conclusiones. Con base en la investigación realizada se puede afirmar que existe una relación estrecha entre el desarrollo económico y las innovaciones a través de las patentes; así como con el crecimiento económico. Se observó que el incremento en I+D impacta de manera positiva en el impulso del crecimiento económico, y el resultado de este incremento a la investigación resultan las invenciones tomando como indicador las patentes.

Uno de los problemas que surgen al momento de realizar el análisis de regresión es la multicolinealidad, es decir, que las variables explicativas del modelo están estrechamente relacionadas entre sí y para tratar de corregirla se usó la transformación de razón, es decir, se dividió cada variable entre las patentes y en sueldos y salarios. Se expresó un modelo en términos lineales en parámetros y logaritmos naturales en las variables. Bajo esta especificación los coeficientes obtenidos son interpretados directamente en elasticidades, presentando resultados positivos de acuerdo con la teoría del crecimiento endógeno.

Esta teoría sostiene que el crecimiento económico es el resultado de factores endógenos y no fuerzas externas como propone la teoría neoclásica convencional. Las inversiones federales hacia la I+D, resaltan que el capital humano, la innovación y el conocimiento contribuyen de manera significativa a potenciar el desarrollo económico y el crecimiento económico. La evidencia empírica muestra que las innovaciones tienen un papel determinante en el crecimiento económico para el periodo estudiado. Una buena redistribución de los ingresos y una buena utilidad de las políticas podrían generar el capital intelectual de calidad que se requiere para que las ventajas que conllevan impulsar este rubro generen beneficios sustanciales para una economía. De manera general se puede decir que las innovaciones afectan de manera positiva a las entidades económicas, por medio de la generación de las patentes. Una manera más clara para explicar el crecimiento de una entidad económica es el grado de patentamiento en innovación que se tenga, pero, lo importante es dirigir esas investigaciones e innovaciones a sectores productivos que reflejen el incremento económico, en economías emergente como la de México. (Beltrán-Morales et al., 2018)

El emprendimiento sostenible influye directamente sobre el ambiente y las transformaciones que se generen en el mismo por tal motivo es importante considerar sus cualidades tal como son: la transformación constante, las condiciones tecnológicas, político - legal, económicas y social, de las regiones donde se desarrolla, ya que representan ventajas positivas como: generación de empleos y fuentes de ingreso para las familias; contribuyendo al incremento del nivel de vida, donde se percibe el cambio en el entorno. Al respecto, el emprendimiento sostenible que se desarrolla en el municipio Maracaibo no es de gran impacto para la sociedad ni representa grandes cambios en la economía, porque los emprendedores consideran medianamente en su gestión las cualidades del ambiente para

el desarrollo del emprendimiento sostenible, en su mayoría no le proporcionan importancia a las estrategias que deben aplicar para impulsar el movimiento económico municipal, originando con esto la apertura, de actividad informal o fuera del sistema legal, que solo beneficia al emprendedor y a su grupo familiar para satisfacer sus necesidades básicas, pero no refiere aportes al Producto Interno Bruto (PIB), lo cual influye negativamente en el desarrollo económico.

Al respecto, se consideran los aportes de Senge (2011), donde se indica que es importante para las organizaciones tomar en cuenta las condiciones tecnológica ya que esta obliga a las empresas a ingeniárselas para enfrentar los cambios que afectan su relación con clientes, estados financieros y modelos de negocios, combina modificaciones internas de los valores de la gente, sus aspiraciones y conductas con variaciones externas en procesos, estrategias, prácticas y sistemas, lo que induce al fortalecimiento de la iniciativa de negocio promoviendo el desarrollo económico.

En tal sentido, es importante destacar que hoy la sociedad exige que las acciones del emprendimiento sostenible estén dirigidas a contribuir con el desarrollo social, además, de la viabilidad económica, los consumidores y las instituciones tienen en cuenta el comportamiento económico de la empresa para tomar decisiones de impacto que benefician el aparato productivo local. Según la percepción de Iborra, Das, & Ferrer (2008), las condiciones económicas son todas aquellas variables macroeconómicas que permiten evaluar la situación actual y futura de una economía determinada, así las expectativas del crecimiento económico, medido por indicadores como el crecimiento esperado del PIB, indican que existe un crecimiento económico local, por consiguiente según los resultados analizados en el estudio reflejan que los emprendedores del municipio Maracaibo no toman en cuenta si aportan o no al PIB de la localidad, por lo cual sus emprendimientos no crecen ni se expanden.

Por tal motivo, es relevante el análisis de las cualidades del ambiente que inciden directamente en el crecimiento y desarrollo del emprendimiento sostenible, donde se ha evidenciado que existe desconocimiento de éstos por parte del emprendedor, produciendo en la economía municipal una oferta que no va acorde con la demanda económica que impulse la estabilidad del mercado, por ello, es importante que al momento de iniciar un emprendimiento se tomen en cuenta las condiciones del ambiente tales como: la transformación contante, la tecnología, las condiciones político -legal, condiciones económicas y sociales, ya que permitirán la estabilidad y articulación con un ecosistema nacional de emprendimiento.

Continuando con los planteamientos anteriores y de acuerdo con los aportes de Iborra, Das, & Ferrer (2008), donde destacan que es importante tener en cuenta las condiciones políticos legales y reglamentarias como una derivación del sistema político, de su estructura, así como de su legislación específica, que se refleja en las actitudes y acciones de los líderes sociales, tratando de responder a las demandas de la sociedad,

lo que se lleva a la práctica con las normas impuestas por las autoridades, así mismo se evidencia en el estudio realizado que los emprendedores del municipio Maracaibo no le prestan importancia al contexto legal donde desarrollan sus iniciativas de negocios.

Asimismo, es relevante considerar que para promover el emprendimiento sostenible para el desarrollo económico de las PYMES, es necesario que los emprendedores no solo posean una idea o una pasión, si no que examinen los componentes del ambiente que los rodean y las necesidades presentes en el mismo, ya que deben tener nociones acerca del emprendimiento a iniciar, para mantenerse en el mercado de tal modo seguir avanzando por medio del intercambio de dinero, productos, servicios, que preste o cualquier clase de iniciativa de negocio legal que presenten, en todos los casos se requerirá ingresos y conocer los egresos para mantenerse operativos en el tiempo, de esta manera contribuir al incremento en la calidad de vida de la ciudadanía y por ende a la prosperidad económica que esta necesita. (CHIRINOS et al., 2018).

Dada la importancia del componente investigación para dar respuesta a fenómenos y problemas que demanda la sociedad, en la Universidad Nacional de Ingeniería (UNI) dentro de las formas de culminación de estudios a nivel de pregrado y posgrado, se encuentra el trabajo monográfico para la obtención del título profesional de Ingeniero o Arquitecto. Por lo antes expuesto es necesario evaluar la pertinencia y aporte de la UNI a la sociedad a través del impacto de las investigaciones desarrolladas. En vista que, la investigación es una estrategia de búsqueda del conocimiento, así como fuente de innovación y aprendizaje constante de la realidad, se constituye en factor clave para la transformación tecnológica y educativa de la sociedad. Es propósito de este ensayo, es explorar los términos conceptuales relacionados con los indicadores de impacto y la investigación, que permitan evaluar su eficacia (Corrales & Pacheco, 2018)

Grosso modo, el desarrollo humano ha sido abordado desde perspectivas económicas, políticas y sociales que el presente trabajo integra para discutir sus ejes centrales con la finalidad de establecer la exclusión de la sociedad civil y la emergencia de su participación en la edificación de un cogobierno. Se realizó un estudio documental con una selección intencional de fuentes indexadas a repositorios nacionales, considerando el año de publicación y la inclusión de conceptos tales como “desarrollo”, “gobernanza”, “rectoría estatal” y “participación civil”. Se advierten líneas de investigación a partir del contraste y la integración de los conceptos esgrimidos en el estado del arte como la identidad en el cultivo mediático, la agenda pública y la sociedad teledirigida.

En cuanto a los marcos teóricos, conceptuales y empíricos que destacan la importancia de observar al desarrollo humano como efecto del desempeño gubernamental, el presente trabajo ha abierto la discusión en torno a la inclusión y la participación de la sociedad civil en la construcción de una agenda compartida. (García Lirios, 2019)

Una reflexión crítica a la propuesta de pobreza multidimensional de la iniciativa en pobreza y desarrollo humano de la Universidad de Oxford. Para ello en una primera instancia

se ubica al lector en el contexto de la discusión sobre la pobreza: su concepción como un fenómeno multidimensional y su relación con las políticas públicas. Seguidamente se expone la propuesta de medición, así como la lógica de su construcción, plasmada en el Índice de Pobreza Multidimensional que acompaña el informe de Desarrollo Humano desde el año 2010 y especialmente el Índice Multidimensional desarrollado por la Comisión Económica para América Latina y el Caribe. Luego se sopesan algunas ventajas y limitaciones de estos planteamientos en el contexto de la discusión sobre la pobreza y las políticas públicas para su superación. Los resultados muestran cómo la multidimensionalidad ocurre con más frecuencia en condiciones de privación severa o extrema, pero existen otras situaciones de carencia merecedoras de atención de la sociedad y políticas públicas. Concluyendo que esta propuesta al construir un acercamiento a la pobreza en términos de su influencia en las políticas públicas, si varias privaciones ocurren de manera conjunta, puede conducir a una intensa focalización de las intervenciones en materia de pobreza en la región. (M. G. Ponce, 2018).

Finalmente, este estudio generó evidencia adicional sobre la necesidad de evaluar simultáneamente eventos en salud pública y desarrollo humano, permitiendo identificar los eventos de salud-enfermedad con mayor respaldo empírico en el mundo y demostrando la importancia de cada uno de ellos en términos de su magnitud o fuerza de correlación con el IDH. Se evidencia que el desarrollo humano discurre en paralelo con mejores condiciones de salud representadas por la reducción en la morbilidad y mortalidad por cáncer y enfermedades transmisibles; lo que da luces para que los países con bajo índice de desarrollo no aplacen inversiones socialmente importantes por ausencia de recursos, sino que inviertan simultáneamente en dimensiones económicas y prestación de servicios sociales, particularmente la promoción y atención de salud y educación básica, para ello podrían retomar el argumento de los precios y los costos relativos para los servicios sociales esgrimido por Sen, quién sostiene que la inversión en estos campos requiere gran cantidad de mano de obra que es relativamente poco costosa en las economías pobres debido a que en ellas los salarios son más bajos, de esta manera se necesitaría gastar menos dinero en salud y educación en los países pobres para proporcionar los mismos servicios que en los países ricos ; logrando así mayores progresos en el desarrollo humano de las naciones más rezagadas. (Higuita- Gutiérrez et al., 2018).

Los indicadores sintéticos de desarrollo sostenible obtenidos mediante el método de componentes capturaron las diferencias y similitudes de las regiones del Perú en sus diferentes dimensiones e indicadores. De acuerdo a los resultados obtenidos las regiones que tienen los ISDS más altos (2015) son: Moquegua (0,803), Lima (0,801) e Ica (0,798), tienen los más altos PBI reales per cápita, porcentajes de población empleada adecuadamente y porcentajes de población con acceso a servicios de saneamiento mejorado. Además, estas regiones tienen los porcentajes más bajos de población con una necesidad básica insatisfecha, las más bajas tasas de analfabetismo y las más bajas tasas de mortalidad

infantil. En contraste las regiones con los más bajos ISDS (2015) son: Puno (0,304), Loreto (0,255) y Huancavelica (0,198), con los más bajos PBI reales per cápita, porcentajes de población empleada adecuadamente y porcentajes de población con acceso a servicios de saneamiento mejorado. A su vez estas regiones tienen los más altos porcentajes de población con una necesidad básica insatisfecha, las más altas tasas de analfabetismo y las más altas tasas de mortalidad infantil (Figura 1 y 2).

Las componentes principales extraídas en este trabajo: componente 1 (socio económico), nos indica que las regiones que tienen los más bajos indicadores sintéticos de desarrollo sostenible se caracterizan por tener: bajo PBI per cápita real, bajo porcentaje de la población con empleo adecuado, las más altas tasas de analfabetismo y las más altas tasas de mortalidad infantil a nivel nacional; componente 2 (socio ambiental): los más altos porcentajes de población con al menos una necesidad básica insatisfecha, los más bajos porcentajes con acceso a servicios de saneamiento mejorados, los más altos porcentajes de áreas naturales protegidas y las proporciones más altas de población que usan carbón o leña para cocinar sus alimentos. Interpretándose de manera inversa para las regiones que tienen los más altos indicadores sintéticos de desarrollo sostenible. (Ilasaca Cahuata et al., 2018)

Percepción de los servicios públicos

Según, (Monsiváis Carrillo & Monsiváis Carrillo, 2019), las actitudes de confianza o desconfianza están influidas por la percepción de la calidad de los servicios públicos que proveen los gobiernos locales. Por otro, se constata que las diferencias observadas en la confianza institucional entre las entidades son estadísticamente significativas, lo que es atribuible a las discrepancias en las capacidades de los gobiernos para proporcionar bienes y servicios públicos, ya que el análisis encontró que la percepción media de la calidad de estos servicios se asocia positivamente con la confianza institucional. Es decir, en promedio, quienes confían más en las instituciones políticas radican en entidades donde se percibe que los servicios son de mejor calidad.

Servicios públicos

Según (Peñafiel et al., 2018), el análisis de los servicios públicos y sus correlativos entes de control resulta uno de los temas más importantes en el derecho del consumidor. Los servicios públicos domiciliarios tienen un papel importante y participativo en la vida de los ciudadanos, ya que los mismos están destinados a satisfacer sus necesidades colectivas de forma general, permanente y continua, bajo la dirección, regulación y control del Estado; y, por ende, se consideran indispensables para el desarrollo y funcionamiento normal de la comunidad

Según (Córdoba, 2018), los servicios públicos pueden ser prestados directa o indirectamente por el estado, si la prestación de estos se delega en terceros, el estado ha creado organismos para su vigilancia y control.

Asimismo Sarmiento & Paredes, (2019), también, para una buena estrategia de servicio al cliente, es necesaria la involucración de la institución, el liderazgo de la alta gerencia, la satisfacción, el conocimiento del valor del servicio, la productividad y la lealtad de los empleados.

Según Aguilera, (2020) concibe a los servicios públicos como aquellos servicios que brinda el Estado y están destinados primordialmente, a satisfacer las necesidades de los ciudadanos de una comunidad (o sociedad) donde estos se llevan a cabo y sobre la cual, dicho Estado gobierna. A la vez que recalca que “todo servicio público debe poseer una cualidad que se denomina consistencia. Es decir, deberá ser permanente, ofreciendo el mismo nivel de servicio de forma constante y continua a lo largo del tiempo”

Programas de reactivación económica

Según la reactivación económica y en la creación de empleo es clave el sector de la construcción de vivienda, pues es un sector que impulsa otras actividades, ya que genera una creciente demanda de otros sectores económicos; aún más, dado el déficit habitacional, constituye una fuente de alto potencial de crecimiento

Condiciones actuales y futuras del distrito DESARROLLO

Marco teórico y conceptual, secuencia lógica de texto y, sólo en caso necesario, las tablas o figuras imprescindibles que no repitan los mismos datos del texto. Se debe limitar el uso de tablas y figuras a las estrictamente necesarias. Se procurará resaltar las observaciones importantes. Se describirán, sin interpretar ni hacer juicios de valor.

Según Ponce et al., (2019), menciona que la inversión pública exige una gran responsabilidad para quienes proponen, desarrollan, gestionan y ejecutan proyectos y programas; toda vez que les corresponde velar por la calidad del gasto, por la coherencia en el planteamiento y desarrollo de nuevas iniciativas, y por asegurar que las inversiones incorporadas en la proforma sean eficientes y eficaces desde el punto de vista económico, social y ambiental.

CAPITULO 3

1 | METODOLOGÍA

El tipo de investigación realizada fue básica, que como finalidad tiene el de contribuir en el análisis del Desarrollo Económico Local del distrito de La Molina, para robustecer la base teórica del conocimiento científico, el cual fue evaluado a través de los 7 sectores que lo componen. Con una muestra de 4836 ciudadanos del distrito de la molina. Se estableció como como objetivo, Caracterizar las condiciones demográficas de los ciudadanos y empresarios del distrito de la Molina. Caracterizar las condiciones económicas de los ciudadanos y empresarios del distrito de La Molina. Establecer la percepción de los ciudadanos sobre los servicios públicos desarrollados en el distrito de La Molina. Establecer la percepción sobre el conocimiento de los programas de reactivación económica desarrolladas en el distrito de La Molina. Identificar las condiciones que afectaron el COVID 19 a los ciudadanos y empresarios en el distrito de La Molina. Establecer los lineamientos de preferencia del futuro deseado de los ciudadanos y empresarios en el distrito de La Molina.

Se desarrollo mediante la aplicación de una encuesta, que fue dirigido a los pobladores y también a los empresarios. Cuestionario. Se estableció medir tres dimensiones, la primera dimensión, Condiciones Económicas del ciudadano que se dividieron en 2 indicadores, Demografía, donde se tomó como indicadores rango de edad, grado académico, estado civil, integrantes por hogar y Condiciones Económicas del ciudadano, empleabilidad, ejerce profesión, nivel de ingresos, tipo de transportes, lugar de residencia anterior, accesos a los servicios básicos y tecnológicos. En cuanto a la segunda dimensión que se enfoca a conocer la percepción del ciudadano respecto a los servicios públicos, que tienen 6 afirmaciones, como opción de respuesta es 1: si, 2: Neutral/desconoce. Y finalmente las preferencias del futuro deseado de los ciudadanos que tiene 6 afirmaciones, como opción de respuesta es 1: si, 2: Neutral/desconoce y 3: no.

CAPITULO 4

1 | RESULTADOS

En la muestra de 4836 encuestados, la mayoría de la población encuestada se encuentra en el sector 2, con un 20% donde se encuentra ubicado 17 urbanizaciones, y con menor porcentaje en el sector 1 con el 9.8%, en la cual se encuentra 3 urbanizaciones.

Sector	N	%
Sector 1	474	9.8%
Sector 2	967	20.0%
Sector 3	615	12.7%
Sector 4	829	17.1%
Sector 5	650	13.4%
Sector 6	544	11.2%
Sector 7	757	15.7%
Total	4836	100.0%

Tabla 1. Sectores del distrito La Molina

Fuente: Encuestas realizadas a la población del distrito La Molina

En la muestra de 4836 encuestados, la mayoría de la población está entre los 18 a 30 años con un 46.13%. Le sigue la población entre 41 a 50 años con un 28.93%. El principal grado académico que se muestra es de estudios universitarios con un 39.33%. Estado civil es casado con un 39.74% y le sigue soltero con un 34.43%. La mayor cantidad de integrantes del hogar es de hasta 5 personas con un 43.90% y luego están integrantes hasta 2 personas con un 41.19 %.

Dimensiones	Indicadores	N	%
Edad del ciudadano	18 a 30 años	2231	46.13
	31 a 40 años	1048	21.67
	41- 50 años	1399	28.93
	50 a más años	158	3.27
Grado Académico	Secundaria	247	5.11
	Estudio Técnico	1651	34.14
	Estudios Universitarios	1902	39.33
	Estudios de Posgrado	1036	21.42
Estado civil	Casado	1922	39.74
	Soltero	1665	34.43
	Divorciado	873	18.05
	Conviviente	328	6.78
	Viudo	48	0.99
	Hasta 2 personas	1992	41.19
Integrar del hogar	hasta 5 personas	2123	43.90
	De 6 a más personas	574	11.50
	10 a más	147	3.00

Tabla 2. Datos demográficos

Fuente: Encuestas realizadas a la población del distrito La Molina

En el distrito de La Molina la población, en su mayoría, presta sus servicios a las entidades del sector privado en un 52.95%, sin contar el 13.6% de los trabajadores independientes. Hay que destacar que los habitantes desempleados representan una minoría de 3.2% y que 62.7% del total de encuestados ejerce su profesión. Adicionalmente se puede observar que el nivel de ingreso de gran parte de los habitantes del municipio se encuentra entre los 1 051 a 3 000 soles, lo que representa un significativo porcentaje de 46.6% de la población general en los márgenes de ingresos presentados en la encuesta.

En cuanto al transporte los porcentajes no distan significativamente ya que el privado cuenta con 43.9% y el público con 41.2%, en este último se incluye el 14.5% de las personas que utilizan como transporte medios alternos como son las motos, bicicletas, bicimotos y scooters. Asimismo, la mayoría proviene de una residencia anterior dividida en un 48.1% de Lima Metropolitana, 8.4% del interior del país y solo 0.2% del extranjero. Por último, queda a precisar que la mayoría de la población cuenta con los servicios básicos representando un 93.4%, con seguro de salud en un 91.7% y con servicio de internet en un 93%.

Dimensiones	Indicadores	N	%
Empleabilidad	Sector Público	2231	46.13
	Sector Privado	1048	21.67
	Independiente	1399	28.93
	Actualmente desempleado	158	3.27
	Desempleado	247	5.11
Ejerce su profesión/ conocimiento técnico	Sí	1651	34.14
	No	1902	39.33
	Eventualmente	1036	21.42
	Menos de 930	1922	39.74
	De 930 a 1500	1665	34.43
Nivel de Ingresos	De 1501 a 3000	873	18.05
	De 3001 a 5000	328	6.78
	5001 a mas	48	0.99
	Transporte público	1992	41.19
	Trasporte privado	2123	43.90
Tipo de transporte empleado	Motocicleta	574	11.50
	Bicicleta, Bici moto o scooter	147	3.00
Lugar de residencia anterior	La Molina	2231	46.13
	Lima	1048	21.67
	Interior del país	1399	28.93
	Extranjero	158	3.27
	SI	247	5.11
Cuenta con los servicios básicos (Luz, Agua, desagüe Cuenta con seguro de salud	No	1651	34.14
	SI	1902	39.33
	No	1036	21.42
Cuenta con Internet	SI	1922	39.74
	No	1665	34.43

Tabla 3. Indicadores económicos

Fuente: Encuestas realizadas a la población del distrito La Molina

En cuanto a la percepción de los habitantes del distrito sobre las acciones que toma la municipalidad de La Molina en cuanto a ciertos criterios salió a relucir que el 60.9% considera que las necesidades de infraestructura son cubiertas por el municipio, el 90.5% que los servicios de seguridad ciudadana les genera confianza y seguridad, simultáneamente el 90.5% piensa que los servicios de mantenimiento de calles y áreas públicas también están siendo bien gestionadas, el 86.2% refiere que sí se realiza servicios de recojo y manejo de residuos en el tiempo y las condiciones óptimas y es el 88.8% que les parece que los canales de comunicación para la prestación de servicios públicos en el

distrito son ágiles y efectivos. Por otro lado, una mayoría correspondiente a un 87.5% no observa que los programas de asistencia alimentaria abastezcan a la población vulnerable.

Preguntas	Indicadores	N	%
Las necesidades de infraestructura son cubiertas por el municipio del distrito la Molina.	Sí	2944	60.9%
	Neutral o desconoce	1504	31.1%
	No	385	8.0%
Los servicios de seguridad ciudadana generan confianza y seguridad al ciudadano.	Sí	4375	90.5%
	Neutral o desconoce	70	1.4%
	No	389	8.0%
Los servicios de mantenimiento de calles y áreas públicas (vías locales y ornato), son cubiertas por el municipio del distrito la Molina	Sí	4376	90.5%
	Neutral o desconoce	85	1.8%
	No	373	7.7%
	Sí	4168	86.2%
Los servicios de recojo y manejo de residuos son realizados en el tiempo y las condiciones óptimas.	Neutral o desconoce	686	14.2%
	No	352	7.3%
	Sí	262	5.4%
Los programas de asistencia alimentaria abastecen a la población vulnerable.	Neutral o desconoce	343	7.1%
	No	4229	87.5%
	Sí	4291	88.8%
Los canales de comunicación para la prestación de servicios públicos en el distrito son ágiles y efectivos	Neutral o desconoce	390	8.1%
	No	153	3.2%

Tabla 4. Considera que el Distrito La Molina

Fuente: Encuestas realizadas a la población del distrito La Molina

CONCLUSIONES

En cuanto a las encuestas impresas realizadas a la población, la mayor parte de encuestados fueron del sector 7 y los menos encuestados fueron del sector 1. Se identificó en las encuestas virtuales que la población evaluada estuvo conformada en su mayoría entre los 18 a 30 años; que el principal grado académico que se muestra es de estudios universitarios, el estado civil estuvo entre los solteros y casados con mayor porcentaje, los integrantes por familia más resaltantes fueron entre 2 y 5. Asimismo, en las encuestas impresas realizadas se obtuvo que la mayor frecuencia estuvo entre edades de 31 a 40, así mismo cuentan con estudios técnicos y la mayoría se encuentran casados.

Se estableció en cuanto a las variables económicas en cuanto a la evaluación virtual más de la mitad de la población pertenece al sector privado, asimismo realizan sus labores acordes con la profesión técnica o universitaria, los ingresos con mayor porcentaje se encuentran entre los 1501 a 5000 soles, el transporte más utilizado es el transporte privado, el lugar de procedencia anterior con mayor frecuencia fue Lima seguida del distrito de La Molina, en cuanto a los servicios básicos la mayoría si cuenta con luz, Agua, desagüe, seguro de salud y con internet. En cuanto a las encuestas impresas, encontramos que la empleabilidad es mayor en el sector independiente, del mismo modo la mitad de los encuestados mencionan que no ejerce su profesión. El nivel de ingresos más repetido es de 930 a 1500. Mas de la mitad de los encuestados utilizan el transporte público. La mayoría de las personas encuestadas ha vivido siempre en La Molina. Respecto a servicios, la mayoría cuenta con agua, luz y desagüe; la mitad cuenta con seguro de salud y la mayoría cuenta con internet.

Se definió las consideraciones que tiene el usuario de los servicios del distrito La Molina, la mayoría indico estar conforme con los servicios que brinda el municipio del Distrito La Molina, en cuestiones de infraestructura, seguridad ciudadana, recojo y manejo de residuos, seguridad ciudadana, ornato, sin embargo, en beneficio de los programas asistenciales se tiene poco porcentaje y en cuanto a comunicación también fue aceptable. En las encuestas virtuales con respecto a los programas de activación económica en La Molina, existe un porcentaje alto que no conoce Moliemprendedor y también desconocen los mercados Mibarrío. El lado negativo asimismo una gran cantidad no conoce Molichamba y del mismo modo no conoce Molitienda.

En las encuestas impresas respecto al impacto del COVID 19, la mayoría considera que se redujeron sus ingresos y la mitad perdió su empleo. Asimismo, la mayoría de las personas encuestadas afirman que tuvo que acceder a un financiamiento. Menos de la mitad tuvo la iniciativa de desarrollar nuevas actividades. Existe una cantidad significativa que afirma en que recibió bono del Estado. Mas de mitad menciona que se redujo su patrimonio. Igualmente más de la mitad de personas les fue difícil insertarse nuevamente en el mercado laboral.

Se estableció las propuestas prospectivas y relevantes para el futuro del distrito de la Molina, mediante la encuesta virtual, Podemos apreciar que una mayoría está de acuerdo en digitalizar los servicios de atención. Asimismo, aprueban que aumenten los centros empresariales ya que son muy escasos. Por otro lado, menciona que si se debe formar una identidad del ciudadano molinense. Se puede notar un desconocimiento del parque ecológico por parte de la gente y además considera que se deberían tener más ambientes deportivos con áreas verdes y cree que se tendrían que innovar en actividades turísticas.

REFERENCIAS

Agarwal, S., Ball, R., Shaw, G., & Williams, A. M. (2000). The geography of tourism production: Uneven disciplinary development? *Tourism Geographies*, 2(3), 241-263. <https://doi.org/10.1080/14616680050082517>

Aguilera, D. (2020). *Calidad de la comunicación digital de los servicios públicos prestados por el estado municipal en Neuquén Capital*. <http://rdi.uncoma.edu.ar/handle/uncomaid/15798>

Beer, A., Ayres, S., Clower, T., Faller, F., Sancino, A., & Sotarauta, M. (2019). Place leadership and regional economic development: A framework for cross- regional analysis. *Regional studies*, 53(2), 171-182.

Beltrán-Morales, L. F., Almendarez-Hernández, M. A., & Jefferson, D. J. (2018). El efecto de la innovación en el desarrollo y crecimiento de México: Una aproximación usando las patentes. *Problemas del desarrollo*, 49(195), 55- 76.

Carillo, M., & Jappelli, T. (2020). *Pandemics and local economic growth: Evidence from the Great Influenza in Italy*.

Casas-Casas, E. C. (2018). *El desarrollo económico local, el enfoque de desarrollo humano y la economía social y solidaria al servicio de la persona*. 15.

CHIRINOS, Y. del V., MERIÑO, V. H., MARTINEZ, C. Y., & PEREZ, C. M. (2018). Emprendimiento sostenible para el desarrollo económico de las PYMES. *Revista Espacios*, 39(07).

Córdoba, A. M. (2018). Análisis del impacto del proceso de tercerización en la percepción de calidad del servicio público domiciliario de energía eléctrica en el municipio de Quibdó. *Revista CES Derecho*, 9(1), 34-58.

Corrales, A. V. D., & Pacheco, M. E. P. (2018). Indicadores de impacto en la investigación científica. *Revista científica de FAREM-Esteli*, 25, 60-66.

Correia, R., & Brito, C. (2016). Operationalizing Interaction between Firms and Regions. *Theoretical Economics Letters*, 6(4), 690-706. <https://doi.org/10.4236/tel.2016.64074>

Cvijanović, D., Ignjatijević, S., Vapa Tankosić, J., & Cvijanović, V. (2020). Do local food products contribute to sustainable economic development? *Sustainability*, 12(7), 2847.

Dallago, B., & Tortia, E. (2019). *Entrepreneurship and Local Economic Development: A Comparative Perspective on Entrepreneurs, Universities and Governments*. Routledge & CRC Press. <https://www.routledge.com/Entrepreneurship-and-Local-Economic-Development-A-Comparative-Perspective/Dallago-Tortia/p/book/9780367586188>

Fernández-Labbé, J., & Fernández-Labbé, J. (2020). El territorio como espacio contradictorio: Promesas y conflictos en torno a la actividad extractiva en Ecuador, Colombia, Perú y Chile. *EURE (Santiago)*, 46(137), 225-246. <https://doi.org/10.4067/S0250-71612020000100225>

- Flores Arocutipá, J. P., & Fernández Sosa, L. E. (2022). Efectos del coronavirus Covid-19 en el empleo y los ingresos familiares en sur del Perú, 2020. *Revista Venezolana de Gerencia (RVG)*, 27(97), 299-318.
- García Lirios, C. (2019). Dimensiones de la teoría del desarrollo humano Dimensions of human development theory. *Ehquidad*, 11, 27-54. <https://doi.org/10.15257/ehquidad.2019.0002>
- Guía para el Planeamiento Institucional (2019). (s. f.). *CEPLAN*. Recuperado 18 de mayo de 2022, de https://www.ceplan.gob.pe/documentos/_guia-para-el-planeamiento-institucional-2018/
- Higuita-Gutiérrez, L. F., Cardona-Arias, J. A., Higuita-Gutiérrez, L. F., & Cardona- Arias, J. A. (2018). Índice de desarrollo humano y eventos de salud pública: Revisión sistemática de la literatura 1990-2015. *Revista Facultad Nacional de Salud Pública*, 36(1), 5-16. <https://doi.org/10.17533/udea.rfnsp.v36n1a02>
- Ilasaca Cahuata, E., Tudela Mamani, J. W., Zamalloa Cuba, W., Roque, B., & Fernandez, E. (2018). Generación de indicadores sintéticos de desarrollo sostenible-Perú 2015: Generation of sustainable development synthetic indicator-Peru. *Revista de Investigaciones Altoandinas*, 20(2), 251-260.
- Kimbu, A. N., & Tichaawa, T. M. (2018). Sustainable development goals and socio- economic development through tourism in Central Africa: Myth or reality? *GeoJournal of Tourism and Geosites*, 23(3), 780-796.
- Lawrence, F. (2013). *The Role of Local Economic Development Agencies in the South African Local Economic Development Landscape*.
- Le, T.-H., Chang, Y., & Park, D. (2019). Economic development and environmental sustainability: Evidence from Asia. *Empirical Economics*, 57(4), 1129-1156.
- Leistritz, F. L., Murdock, S. H., & Leholm, A. G. (2019). Local economic changes associated with rapid growth. *Coping with rapid growth in rural communities*, 25-61.
- Lowe, N., & Feldman, M. P. (2018). Breaking the waves: Innovating at the intersections of economic development. *Economic Development Quarterly*, 32(3), 183-194.
- Meza Juárez, V. A. (2020). *APAVIT y turismo seguro post pandemia del Covid-19*.
- Monsiváis Carrillo, A., & Monsiváis Carrillo, A. (2019). La calidad percibida de los servicios públicos locales y la confianza institucional en México. *Región y sociedad*, 31. <https://doi.org/10.22198/rys2019/31/1206>
- Monzón Aguilar, P. (2018). Desarrollo Económico Local Y Competitividad Productiva En Las Cadenas Productivas De Artesanía Y Crianza De Cuyes En Las Comunidades De Anchayaque Y Ccasillo Del Distrito De Santo Tomas—Chumbivilcas—2018". *Universidad Cesar Vallejo*. <https://repositorio.ucv.edu.pe/handle/20.500.12692/33819>
- Moreno Sainz, K. (2005). *Política municipal de promoción económica para un proceso de desarrollo económico local en el municipio de Pucarani* [Thesis]. <http://repositorio.umsa.bo/xmlui/handle/123456789/17685>

Mundia, C. W., Secchi, S., Akamani, K., & Wang, G. (2019). A regional comparison of factors affecting global sorghum production: The case of North America, Asia and Africa's Sahel. *Sustainability*, 11(7), 2135.

Niembro, A., Calá, C. D., & Belmartino, A. (2021). Una tipología de las Áreas Económicas Locales de Argentina en base a perfiles sectoriales de coaglomeración territorial (2011-2018). *Investigaciones Regionales-Journal of Regional Research*, 50, 169-203.

Noja, G. G., Cristea, S. M., Yüksel, A., Pânzaru, C., & Drăcea, R. M. (2018). Migrants' role in enhancing the economic development of host countries: Empirical evidence from Europe. *Sustainability*, 10(3), 894.

Partida, H. R. R. (2019). Desarrollo económico local y turismo en la Riviera Nayarit, México: Un análisis de resultados desde la evaluación de política pública. *Revista Mexicana de Análisis Político y Administración Pública*, vol. VIII, núm. 1, enero-junio 2019. <http://repositorio.ugto.mx/handle/20500.12059/6053>

Peñafiel, W. J., Salinas, E. B., & Regnault, M. D. (2018). Percepción de la calidad del servicio de recolección de desechos sólidos: Evaluación de un Gobierno Autónomo Descentralizado del Ecuador. *Ingeniería Industrial. Actualidad y Nuevas Tendencias*, VI(21), 7-26.

Peralta, Y. A., Lola, L. T., Mayorga, D., & Centeno, B. A. (2020). Capacidad de innovación sectorial y las interrelaciones entre los sectores de la economía en el municipio de León. *Apuntes de Economía y Sociedad*, 1(2), 1-10.

Ponce, G. I. A., Barahona, C. A. Z., Jaime, L. P. M., Indacochea, A. A. A., Pin, G. E. S., & Reyes, M. S. C. (2019). La inversión pública del GAD y su incidencia en la reactivación económica de la parroquia Abdón Calderón del cantón Portoviejo. *Dominio de las Ciencias*, 5(2), 252-274.

Ponce, M. G. (2018). Medición de pobreza multidimensional de la iniciativa en pobreza y desarrollo humano. *Revista de ciencias sociales*, 24(4), 98-113.

Ramos, J. A. A. (2018). Pistas para aproximarse al diseño social: Antecedentes y posturas. *Kepes*, 15(17), 9-26.

Rodríguez Miranda, A., Galaso, P., Argumedo, P., Goinheix, S., Martínez, C., Masi, F., Picasso, S., Rodríguez, I., Sanhueza, P., & Servín, B. (2019). Desarrollo económico regional, especializaciones productivas y cooperación empresarial: Un estudio comparado de Chile, El Salvador, Paraguay y Uruguay. *Serie Documentos de Trabajo*; 02/19.

Rodríguez-Pose, A. (2013). *Do institutions matter for regional development?*

Rogerson, C. M., & Rogerson, J. M. (2019). Tourism, local economic development and inclusion: Evidence from Overstrand Local Municipality, South Africa. *Geo Journal of Tourism and Geosites*, 25(2), 293-308.

Rosés, J. R., & Wolf, N. (2018). Regional economic development in Europe, 1900– 2010: A description of the patterns. En *The Economic Development of Europe's Regions* (pp. 3-41). Routledge.

Ruiz Domínguez, R. G., Becerra Lois, F. Á., & Pons García, R. C. (2020). Procedimiento para evaluar impacto de proyectos de desarrollo local de tipo económico en un territorio. *Revista Universidad y Sociedad*, 12(3), 312-318.

Sarmiento Prieto, S. R., & Paredes Tarazona, M. T. (2019). Percepción de la calidad de servicio del usuario interno en una institución pública. *Industrial Data*, 22(1), 95-112. <https://doi.org/10.15381/idata.v22i1.16529>

Schumpeter, J. A. (2005). Development. *Journal of Economic Literature*, 43(1), 108- 120. <https://doi.org/10.1257/0022051053737825>

Somoza-Medina, X., & Monteserín-Abella, O. (2021). The sustainability of industrial heritage tourism far from the axes of economic development in Europe: Two case studies. *Sustainability*, 13(3), 1077.

Sulich, A. (2020). The green economy development factors. *Vision*, 6861-6869.

Yucra Quispe, F. de M. B. (2020). *La Revolución digital de la contabilidad por efectos de la crisis del Covid 19 en el Perú año 2020*.

Zakaria, M., & Bibi, S. (2019). Financial development and environment in South Asia: The role of institutional quality. *Environmental Science and Pollution Research*, 26(8), 7926-7937.







ÁLVARO GONZALO PAZ DE LA BARRA FREIGEIRO - Magister en Gestión Pública, Abogado y político peruano. Actualmente es alcalde distrital de La Molina para el periodo 2019- 2022. Presidente de la Asociación de Municipalidades del Perú, Estudió Derecho y ciencias políticas en la Universidad de San Martín de Porres, en la cual recibió el título de Abogado en 2008. Realizó estudios de Derecho constitucional en la Universidad Nacional Mayor de San Marcos. Trabajó en el Estudio Paz de la Barra Abogados.



JORGE REÁTEGUI REÁTEGUI- Doctor en Gestión Pública y Gobernabilidad, con Maestría en Administración Estratégica de Empresas de CENTRUM Católica, Maestría en Innovación y Emprendimiento de la Universidad de Salamanca - España. Ingeniero Industrial de profesión de la UNFV, Gerente de Desarrollo Económico e Inversión Privada de la Municipalidad del Distrito de la Molina, Director Nacional de la Asociación de Municipalidades del Perú AMPE, Presidente de la Triple Hélice de Innovación Región San Martín, CEO de Amazonia Innova y Fundador de Emprendedores Consulting.

PLAN DE DESARROLLO ECONÓMICO PARA LOS GOBIERNOS LOCALES DEL PERÚ







 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br


Ano 2023

PLAN DE DESARROLLO ECONÓMICO PARA LOS GOBIERNOS LOCALES DEL PERÚ



 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br


Ano 2023